



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 11 | novembro 2016



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: novembro de 2016

Elaborado com informação disponível até ao dia 30 de novembro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Iniciativas e Medidas Legislativas	33
Lista de Acrónimos	39

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No terceiro trimestre de 2016, a produção industrial mundial aumentou 1,5% em termos homólogos (igual ao trimestre precedente); devendo-se a uma melhoria dos países emergentes e em desenvolvimento; compensada por uma ligeira deterioração das economias avançadas. Também, neste período, o comércio mundial de mercadorias perdeu algum dinamismo, essencialmente em resultado do enfraquecimento das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, sobretudo asiáticos.
- * O PIB da zona da OCDE acelerou ligeiramente para 1,7% em termos homólogos reais no 3.º trimestre de 2016 (1,6% no 2.º trimestre), refletindo uma melhoria dos EUA (o PIB aumentou para 1,6%, comparado com 1,3% no 2.º trimestre) e do Japão, apesar de ter mantido um fraco crescimento (0,8%); já que a economia da União Europeia estabilizou. A taxa de inflação homóloga do conjunto dos países da OCDE subiu para 1,2% em setembro de 2016 (0,9% em agosto) e, a taxa de desemprego manteve-se em 6,3%.
- * Os indicadores disponíveis para o início do 4.º trimestre de 2016 para os EUA indicam uma melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho. Com efeito, em outubro de 2016 e, em termos homólogos, a produção industrial apresentou uma menor deterioração e as vendas a retalho aumentaram para 4,3% em termos nominais (3,2% em setembro). Em outubro de 2016, a taxa de desemprego diminuiu para 4,9% e, a taxa de inflação homóloga subiu para 1,6% (1,5% em setembro).
- * No 3.º trimestre de 2016, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) aumentou para 1,8% e 1,6% em termos homólogos reais, respetivamente (igual em ambas as zonas ao período precedente). De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália de outubro de 2016, o PIB trimestral em cadeia da AE aumentou pelo 5.º mês consecutivo (+0,3%, no 3.º trimestre). Em outubro de 2016, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a UE como para a AE, resultando da melhoria da generalidade dos indicadores de confiança (com exceção dos consumidores para a UE). Em setembro de 2016, a taxa de desemprego manteve-se quer para a UE, quer para a AE, para se situar em 8,5% e em 10,0%, respetivamente. Em outubro de 2016, a taxa de inflação da área do euro subiu para 0,5% em termos homólogos (o valor mais elevado desde julho de 2014); mas, manteve-se em 0,1% em termos de variação dos últimos 12 meses.
- * Em novembro de 2016 e, até ao dia 28, o preço *spot* do petróleo *Brent* baixou para se situar, em média, em 47 USD/bbl (43 €/bbl), interrompendo o aumento registado desde agosto, devido à continuação do excesso de oferta de petróleo no mercado e às dúvidas que persistem acerca da concretização da redução da produção do petróleo acordado em finais de setembro.
- * As taxas de juro de curto prazo continuaram a descer para a área do euro em novembro de 2016, renovando níveis historicamente baixos, para se situarem, em média, em -0,31%, até ao dia 28; enquanto subiram para os EUA, para 0,91%, traduzindo, neste último caso, a expectativa de subida, em dezembro de 2016, da taxa de juro dos *fed funds* da Reserva Federal.
- * No período mais recente e, após as eleições presidenciais dos EUA, assistiu-se a uma forte valorização dos índices bolsistas dos EUA, influenciados pela perspetiva de um crescimento económico mais robusto deste país, por uma orientação mais expansionista da política orçamental; menor regulação bancária e melhoria da rentabilidade dos bancos. Também, em novembro de 2016, registou-se uma apreciação significativa do dólar norte-americano face às principais divisas internacionais, resultando numa depreciação expressiva do euro face ao dólar, situando-se em 1,05, no dia 24 (aproximando-se do valor mais baixo desde meados de abril de 2015).

Conjuntura Nacional

- * Os dados das Contas Nacionais Trimestrais para o 3.º trimestre de 2016 apontam para uma variação homóloga de 1,6% do PIB em volume, 0,8 quando comparado com o segundo trimestre.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 3,3% no terceiro trimestre de 2016, acelerando face aos 2,2% do trimestre precedente.
- * O indicador de confiança dos consumidores melhorou no trimestre terminado em outubro, o que compara com uma estabilização do indicador de oportunidade de aquisição de bens duradouros. Em igual período, os indicadores de opinião dos empresários apresentaram uma evolução mista.
- * O indicador de FBCF publicado pelo INE, para o 3º trimestre do ano, apresentou uma variação homóloga de -1,3% (-0,9 p.p. face ao 2.º trimestre de 2016), tendo a componente de máquinas e equipamentos aumentado 0,8 p.p..
- * Até setembro de 2016, o excedente acumulado da balança corrente, corrigido de sazonalidade, foi de 186 milhões de euros, o que representa uma redução de 627 milhões de euros em termos homólogos.
- * No terceiro trimestre de 2016 a taxa de desemprego fixou-se nos 10,5%, um valor que compara com os 10,8% no trimestre anterior e 11,9% em igual trimestre de 2015.
- * A variação do IPC, em outubro, foi de 0,9%, enquanto o IPC subjacente cresceu menos duas décimas (0,7%). Por seu turno, o IPPI registou uma quebra de 0,9%, -0,4% excluindo a energia.
- * No final do mês de outubro, a execução orçamental das Administrações Públicas traduziu-se num saldo global negativo de 4430 milhões de euros, valor que revela uma melhoria de 357 milhões de euros em relação ao registado no mesmo mês do ano anterior¹. Para este resultado foi decisivo o crescimento de 1,7% da receita efetiva, superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (1,1%)². O saldo primário cifrou-se, entretanto, em cerca de 3118 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 683 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior.
- * Para o resultado da execução orçamental das Administrações Públicas foi determinante o subsector da Administração Central com um saldo global negativo de 6327 milhões de euros, valor que, por sua vez, decorre da conjugação de um défice do Estado (6658 milhões de euros) e de um excedente dos Serviços e Fundos Autónomos (331 milhões de euros). A Segurança Social correu, por seu lado, com saldo global positivo de 1208 milhões de euros.
- * No que toca ao subsector da Administração Regional, registava-se, em finais de outubro, um saldo global positivo da ordem dos 47 milhões de euros, enquanto o subsector da Administração Local mostrava, no mesmo período, um saldo global positivo de 641 milhões de euros.
- * No final de setembro o total da dívida das Administrações Públicas (ótica de Maastricht) ascendia a 244420 milhões de euros, valor que revela um aumento de 1131 milhões de euros relativamente ao mês anterior, o equivalente a 0,5%.
- * No final de outubro a dívida direta do Estado atingiu o montante de 238679 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 1316 milhões de euros relativamente ao mês anterior, o equivalente a 0,5%.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um decréscimo homólogo das exportações de mercadorias de 0,4% nos primeiros nove meses de 2016. Neste mesmo período, as importações decresceram 0,6%, o que

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

³ Resultados mensais preliminares de setembro de 2016.

levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 1,9%, correspondendo a 148 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 83%, mais 0,3 p.p. que em igual período de 2015.

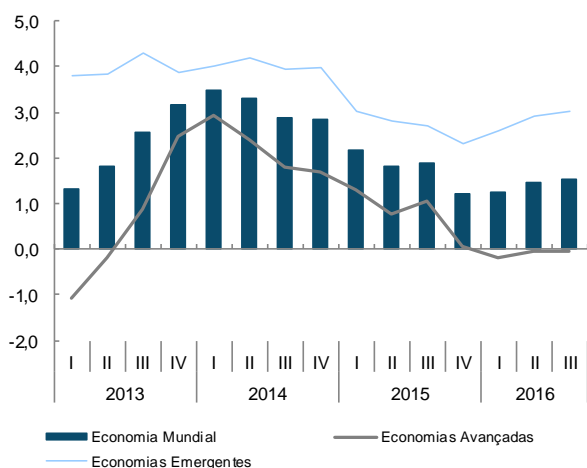
- * Nos primeiros nove meses de 2016, excluindo os produtos energéticos, as exportações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva (2%). As importações registaram uma variação homóloga positiva (4,3%) superior ao crescimento das exportações, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 21%.
- * No último ano a terminar em setembro de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram 0,2% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contrariou essa tendência. Destaca-se o contributo dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” e das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (ambos com +0,6 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (+0,5 p.p.). Nos primeiros nove meses de 2016, merece igualmente referência o contributo positivo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+0,7 p.p.), “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (+0,6 p.p.) e dos produtos “Agro-alimentares” (+0,5 p.p.).
- * De janeiro a setembro de 2016, as exportações para o mercado comunitário cresceram 4,6 %, em termos homólogos, e contrariaram em 3,4 p.p. o decréscimo das exportações totais de mercadorias. As exportações para a UE-15 cresceram a um nível ligeiramente inferior (4,3 %) e para os países do Alargamento de forma mais acentuada (11,7 %), contrariando em 2,9 p.p. e 0,4 p.p. o decréscimo total das exportações. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (26,5% do total de janeiro a setembro de 2016), registaram o maior contributo positivo Intra UE-15 (+1,4 p.p.), seguidas das exportações para a França e o Reino Unido (0,8 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente).
- * Nos primeiros nove meses de 2016, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa (-13,6%), passando a representar 23,7% do total das exportações nacionais (-3,6 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Turquia (+20,6%) e a Suíça (+15,4%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de agosto de 2016, as Exportações de Bens e Serviços registaram uma redução homóloga de 0,2% nos primeiros oito meses de 2016. A componente de Serviços registou uma performance positiva (2,1%) tendo contrariado a redução das exportações totais em 0,7 p.p..

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No 3.º trimestre de 2016, a produção industrial mundial manteve-se em 1,5% em termos homólogos. Esta evolução deveu-se a uma melhoria dos países emergentes e em desenvolvimento; compensada por uma ligeira deterioração das economias avançadas.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



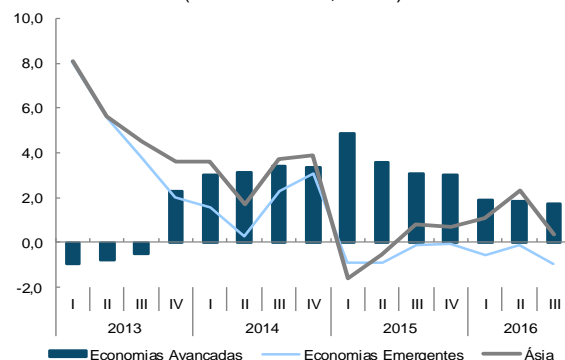
Fonte: CPB.

Também, neste período, o comércio mundial de mercadorias perdeu algum dinamismo, em resultado da desaceleração tanto das importações como das exportações mundiais.

De facto, no 3.º trimestre de 2016 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial abrandou para 0,8% (1,1% no 2.º trimestre);
- as importações e exportações mundiais desaceleraram para 0,6% e 1,0%, respetivamente (1,0% e 1,2%, designadamente, no 2.º trimestre).

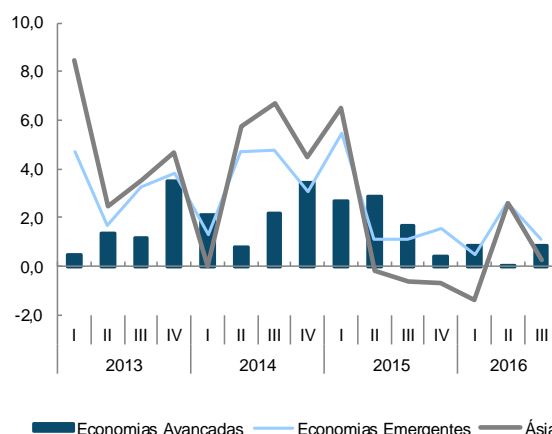
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

No 3.º trimestre de 2016, assistiu-se ao enfraquecimento das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, devido sobretudo à deterioração das exportações da Ásia. Relativamente às economias avançadas, assistiu-se a uma relativa estabilização das importações; enquanto as exportações recuperaram para um crescimento perto de 1% em termos homólogos (variação nula no 2.º trimestre).

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

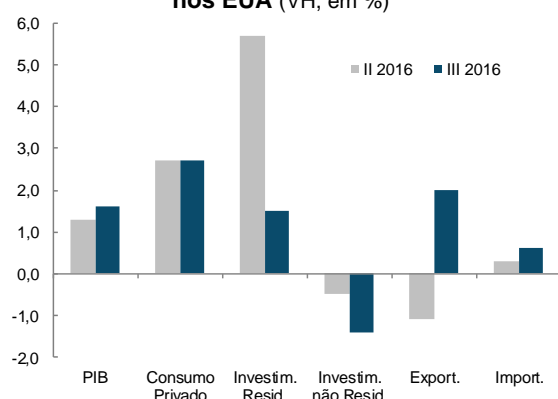
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	1,8	1,9	1,2	1,2	1,5	1,5	1,6	1,2	2,0	1,5
Economias Avançadas	VH	CPB	0,8	1,0	0,0	-0,2	0,0	0,0	-0,2	-0,6	0,5	0,0
Economias Emergentes	VH	CPB	2,7	2,7	2,3	2,6	2,9	3,0	3,4	2,9	3,3	2,9
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	2,0	1,6	1,3	0,8	1,1	0,8	1,2	-0,2	1,6	1,0
Importações Mundiais	VH	CPB	1,9	1,7	1,7	0,9	1,0	0,6	1,3	-0,7	1,2	1,2
Economias Avançadas	VH	CPB	3,6	3,1	3,0	1,9	1,8	1,7	2,7	1,4	2,7	1,1
Economias Emergentes	VH	CPB	-0,5	-0,1	-0,1	-0,6	-0,1	-1,0	-0,8	-3,5	-0,8	1,5
Exportações Mundiais	VH	CPB	2,1	1,4	0,9	0,7	1,2	1,0	1,2	0,2	2,0	0,7
Economias Avançadas	VH	CPB	1,9	1,7	0,4	0,8	0,0	0,9	0,2	-0,2	1,8	1,1
Economias Emergentes	VH	CPB	2,3	1,1	1,5	0,5	2,6	1,1	2,3	0,7	2,4	0,3

Atividade Económica Extra-UE

No 3.º trimestre de 2016, o PIB da zona da **OCDE** acelerou ligeiramente para 1,7% em termos homólogos reais (1,6% no 2.º trimestre) refletindo uma melhoria dos EUA e do Japão; enquanto a economia da União Europeia estabilizou, pelo 2.º trimestre consecutivo. Em setembro de 2016, a taxa de inflação homóloga do conjunto dos países da OCDE subiu para 1,2% (0,9% no mês anterior) e a taxa de desemprego estabilizou em 6,3%.

Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em volume nos EUA (VH, em %)



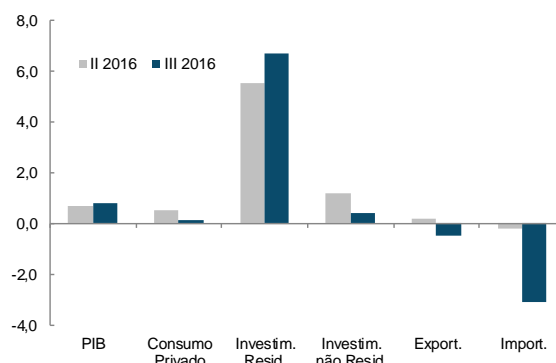
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Nos **EUA**, o PIB acelerou para 1,6% em termos homólogos reais, no 3.º trimestre de 2016 (1,3% no 2.º trimestre) associado à recuperação das exportações, à manutenção de um forte crescimento do consumo privado e à evolução favorável do mercado de trabalho. Os indicadores para o início do 4.º trimestre de 2016 indicam uma melhoria da atividade económica. Com efeito, em outubro e, em termos homólogos:

- a produção industrial apresentou uma menor deterioração face aos meses precedentes, em linha com a subida do indicador de confiança dos empresários deste setor;
- as vendas a retalho aumentaram 4,3% em termos nominais (3,2% em setembro);
- a taxa de desemprego diminuiu para 4,9% (5,0% no mês anterior) e, a taxa de inflação subiu para 1,6% (1,5% em setembro).

No 3.º trimestre de 2016, o PIB do **Japão** aumentou 0,8% em homólogos reais (0,7% no 2.º trimestre) devido sobretudo à melhoria do investimento privado residencial, o qual teve um crescimento de 6,7% em termos homólogos reais (5,5% no trimestre precedente).

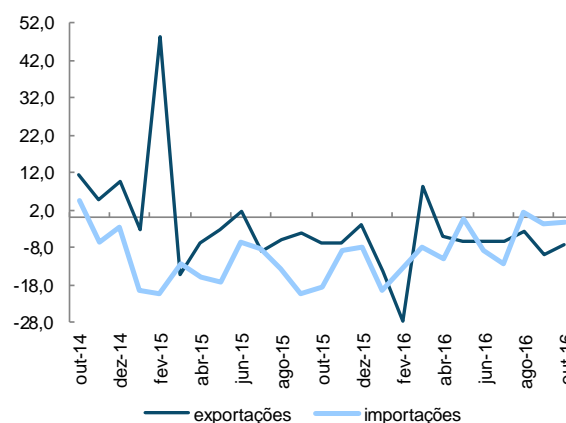
Figura 1.5. PIB e componentes da Despesa em volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

No início do 4.º trimestre de 2016, os indicadores disponíveis para a **China** indicam uma estabilização da produção industrial e uma melhoria das trocas comerciais de bens. Com efeito, em outubro de 2016 e, em termos homólogos, a produção industrial manteve-se em 6,1% e, as exportações de bens melhoraram para -7,5% em termos nominais, atenuando a quebra registada em setembro (-10,2%).

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China (VH nominal, em %)



Fonte: OMC.

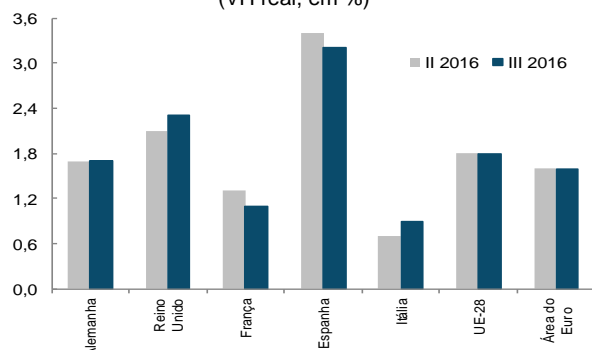
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016			2016			
				3T	4T	1T	2T	3T		jul	ago	set	out
EUA – PIB real	VH	BEA	2,6	2,2	1,9	1,6	1,3	1,6		-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	0,3	0,1	-1,6	-1,6	-1,1	-1,0		-0,8	-1,1	-1,0	-0,9
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,3	51,0	48,6	49,8	51,8	51,2		52,6	49,4	51,5	51,9
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,9	63,0	60,2	57,2	57,8	57,1		59,3	51,8	60,3	57,7
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	92,9	90,7	91,3	91,6	92,4	90,3		90,0	89,8	91,2	87,2
Taxa de Desemprego	%	BLS	5,3	5,2	5,0	4,9	4,9	4,9		4,9	4,9	5,0	4,9
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	6,9	6,8	6,7	6,7	6,7		-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-2,9	-6,4	-5,3	-11,3	-6,0	-6,7		-6,2	-3,6	-10,2	-7,5
Japão – PIB real	VH	COGJ	0,6	1,9	0,9	0,2	0,7	0,8		-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 3.º trimestre de 2016, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) aumentou 1,8% e 1,6% em termos homólogos reais, respetivamente (igual em ambos as zonas ao período precedente). De entre as principais economias da UE, registou-se uma melhoria do Reino Unido e da Itália; uma estabilização da Alemanha e, um abrandamento da França e de Espanha. De acordo com o indicador provisório do Banco de Itália de outubro de 2016, o PIB trimestral em cadeia da AE aumentou pelo 5.º mês consecutivo (+0,3% no 3.º trimestre de 2016).

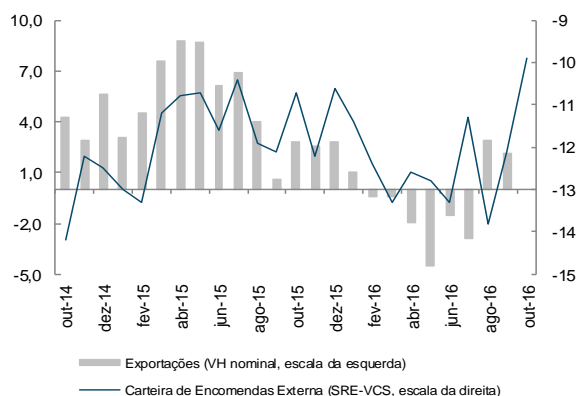
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro no 3.º trimestre de 2016 indicam uma ligeira melhoria da produção industrial; uma recuperação das exportações de bens e, um abrandamento das vendas a retalho.

Figura 1.8. Exportações da Área do Euro



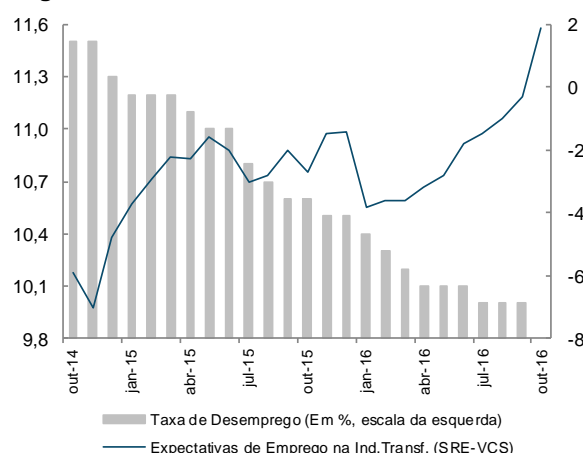
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em outubro de 2016, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a UE como para a área do euro, resultando da melhoria da generalidade dos indicadores de confiança (com exceção dos consumidores para a UE).

Em setembro de 2016, a taxa de desemprego manteve-se quer para a UE, quer para a AE, em 8,5% e em 10,0%, respetivamente.

Em outubro de 2016, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para todos os setores, designadamente para a indústria transformadora, serviços, comércio a retalho e construção.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em outubro de 2016, a taxa de inflação da área do euro subiu para 0,5% em termos homólogos (o valor mais elevado desde julho de 2014); mas, manteve-se em 0,1% em termos de variação dos últimos 12 meses.

O aumento da taxa de inflação homóloga deveu-se à aceleração significativa dos preços de energia (de -3,0% em setembro, para -0,9% em outubro) compensando a desaceleração registada dos preços de bens alimentares não transformados.

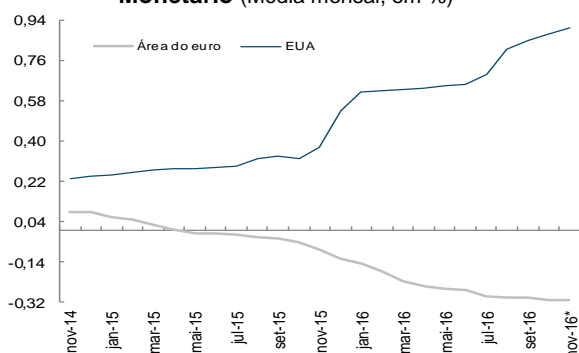
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	2,2	2,1	2,1	1,8	1,8	1,8	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	106,2	106,7	107,7	105,5	105,5	104,7	104,7	103,8	105,5	106,9
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	2,0	2,0	2,0	1,7	1,6	1,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,2	104,5	106,2	104,0	104,3	104,3	104,5	103,5	104,9	106,3
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	2,0	2,4	2,0	1,4	1,0	1,1	-0,4	2,3	1,3	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,7	3,3	2,5	2,2	1,9	1,5	2,2	1,1	1,3	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,9	10,7	10,5	10,3	10,1	10,0	10,0	10,0	10,0	:
IHPC	VH	"	0,0	0,1	0,2	0,0	-0,1	0,3	0,2	0,2	0,4	0,5

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em novembro de 2016, as taxas de juro de curto prazo continuaram a descer para a área do euro, renovando níveis historicamente baixos, enquanto subiram para os EUA. Com efeito, até ao dia 28, a taxa Euribor a 3 meses foi de -0,31% e a dos EUA de 0,91%.

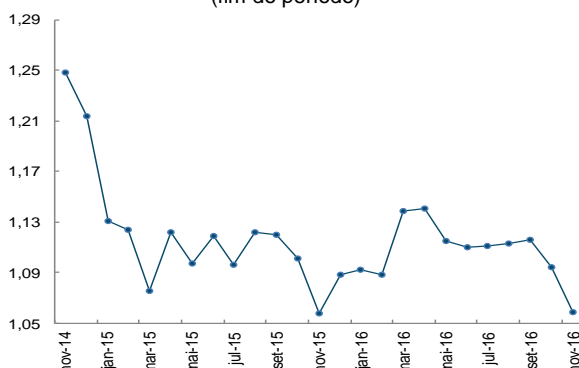
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 28.

As taxas de juro de longo prazo subiram tanto para os EUA como para a área do euro, tendência particularmente acentuada após as eleições presidenciais nos EUA, no início de novembro. Esta evolução ascendente estendeu-se à área do euro, sobretudo em países mais vulneráveis, nomeadamente em Portugal, resultando num aumento do diferencial face à Alemanha.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

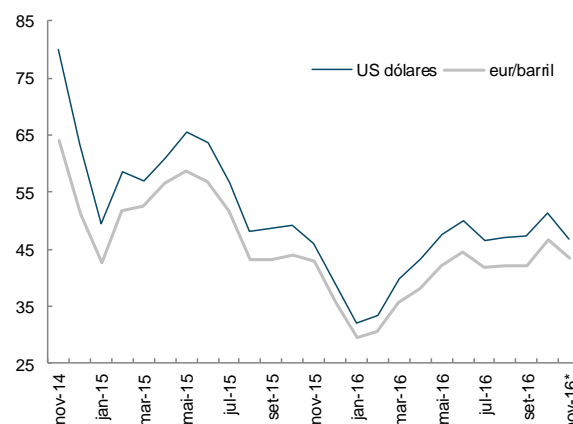


Fonte: Banco de Portugal. Para novembro, o valor é do dia 28.

Em novembro de 2016 e, especialmente após o dia 8 (eleições presidenciais nos EUA) assistiu-se a uma apreciação significativa do dólar norte-americano face às restantes divisas internacionais. Assim, o euro depreciou-se de forma expressiva face ao dólar, situando-se no dia 24 deste mês, em 1,05 (aproximando-se do valor mais baixo desde meados de abril de 2015).

Em outubro de 2016, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado subiu para 39,8 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em novembro de 2016 e, até ao dia 28, o preço do petróleo *Brent* baixou para se situar, em média, em 47 USD/bbl (43 €/bbl), interrompendo o aumento registado desde agosto. Esta redução prende-se com as perspetivas de continuação do excesso de oferta de petróleo no mercado e das dúvidas quanto à possibilidade de se concretizar um futuro acordo de descida da produção por parte da OPEP.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGE, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 28.

Em outubro de 2016, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo registado um aumento de 3,7% em termos homólogos (2,1% em setembro), tendência registada para a generalidade dos produtos, particularmente acentuada para os metais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,13	-0,04	-0,13	-0,24	-0,28	-0,30	-0,30	-0,30	-0,30	-0,31
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,13	2,21	2,18	1,91	1,75	1,56	1,50	1,56	1,63	1,76
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,27	1,47	1,18	1,03	0,94	0,66	0,62	0,61	0,74	0,78
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,089	1,120	1,089	1,139	1,110	1,116	1,111	1,113	1,116	1,095
Dow Jones*	VC	Yahoo	-2,2	-7,6	7,0	1,5	1,4	2,1	2,8	-0,2	-0,5	-0,9
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	3,8	-9,5	5,4	-8,0	-4,7	4,8	4,4	1,1	-0,7	1,8
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	53,63	51,22	44,78	35,14	46,96	46,97	46,47	47,13	47,30	51,39
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-46,1	-50,5	-41,9	-36,2	-26,0	-8,3	-18,2	-2,3	-2,7	4,2
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-35,5	-41,0	-33,7	-34,8	-27,6	-8,7	-18,7	-3,0	-2,6	6,1
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	43,4	41,8	36,8	25,3	35,4	36,4	36,2	36,2	36,8	39,8

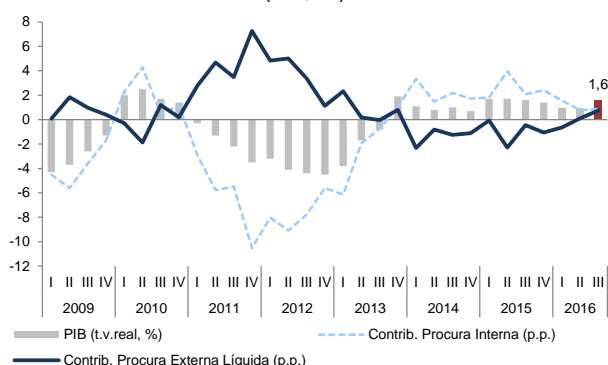
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 3.º trimestre de 2016 apontam para um crescimento homólogo real de 1,6% do PIB, acelerando face ao trimestre precedente. Esta variação resultou da aceleração do contributo da procura externa líquida (para 0,7 p.p.) enquanto a procura interna acelerou apenas marginalmente (para 0,9 p.p.). Face ao trimestre precedente registou-se um aumento de 0,8% em termos reais resultante do contributo positivo da procura externa líquida, em particular das exportações de bens e serviços.

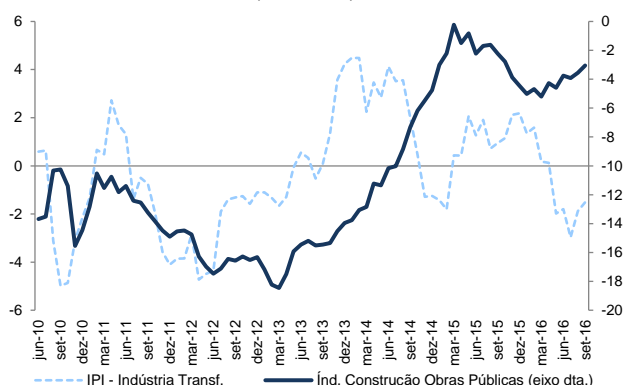
Figura 2.1. Produto Interno Bruto
(VH, %)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em setembro, o Indicador de Atividade Económica do INE registou uma deterioração face ao trimestre anterior.

Figura 2.2. Índices de Produção
(VH, MM3)



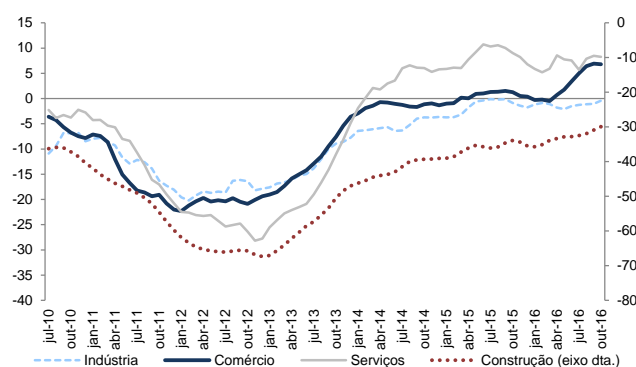
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 3.º trimestre, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou uma diminuição de 1,5% e o índice de volume de negócios um decréscimo de 1,3% (-1,8% e -3,0% no 2.º trimestre de 2016, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 3,1% quando no 2º trimestre do ano apresentou uma variação de -3,7%;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma recuperação face ao período homólogo de 2,9 p.p., bem como face ao trimestre anterior (2,3 p.p.);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um crescimento de 3,3%, um valor superior em 1,1 p.p. face ao observado no 2º trimestre do ano.

No trimestre terminado em outubro assistiu-se a uma melhoria generalizada dos indicadores de confiança dos diversos setores, à exceção dos serviços em que se deteta uma ligeira deterioração.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

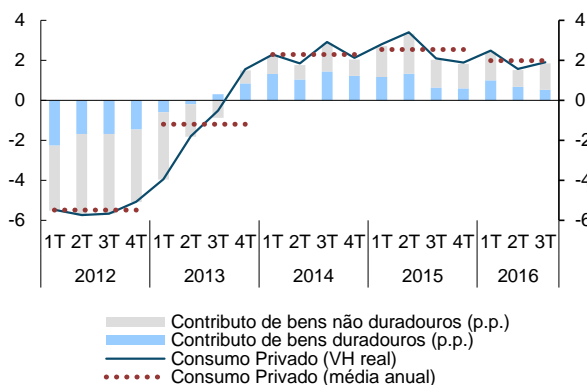
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ag	set	out
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	1,6	1,6	1,4	0,9	0,9	1,6	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	1,0	1,4	0,7	1,0	1,2	1,4	1,2	1,2	1,3	1,4	1,3
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-1,4	-0,1	-1,8	-1,1	-1,5	-1,1	-1,0	-1,1	-1,3	-0,8	0,8
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	0,8	1,5	0,4	-0,5	3,4	6,9	4,9	6,9	7,5	6,4	6,5
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	8,4	10,0	6,8	5,9	7,6	8,5	6,4	7,6	9,7	8,1	7,1
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-35,8	-34,6	-35,4	-33,9	-32,8	-30,9	-32,7	-32,1	-31,0	-29,6	-29,2
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	12	0,9	2,2	0,2	-1,8	-1,9	-0,9	-3,5	-1,5	-0,7	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	0,1	0,1	-1,5	-3,1	-3,0	-1,3	-3,2	-5,6	4,4	-0,9	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,6	-1,7	-4,5	-1,3	-1,1	1,2	-0,5	-0,4	2,0	1,9	:

Consumo Privado

No terceiro trimestre de 2016, o Consumo Privado apresentou um crescimento real de 1,9%, uma aceleração de 0,3 p.p. face ao trimestre terminado em junho. Para esta desaceleração concorreu principalmente a evolução do consumo dos bens correntes não duradouros e serviços (cujo contributo passou de 0,8 p.p., no segundo trimestre, para 1,3 p.p., no terceiro), enquanto o contributo dos bens duradouros desceu 0,2 p.p. para 0,5 p.p.. No conjunto dos três trimestres o Consumo Privado cresceu 2%.

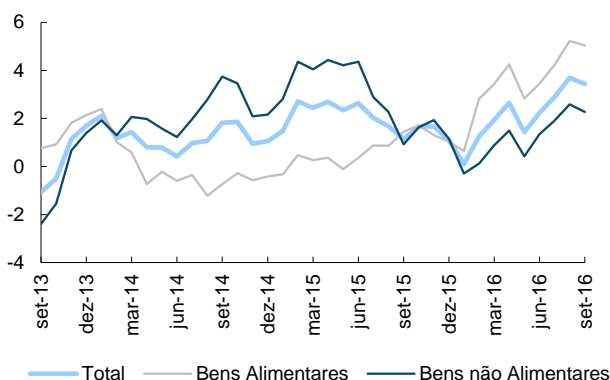
Figura 2.4. Consumo Privado e Contributos
(VH, %)



Fonte: INE.

No terceiro trimestre de 2016, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos homólogos, 3,3%, 1,1 p.p. acima do verificado no segundo trimestre. Para esta dinâmica contribuiu o crescimento de 5,2% da componente alimentar (3,5% no segundo trimestre), enquanto a componente não alimentar acelerou 0,6 p.p. face ao trimestre precedente, crescendo 2%.

Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3, VH)



Fonte: INE.

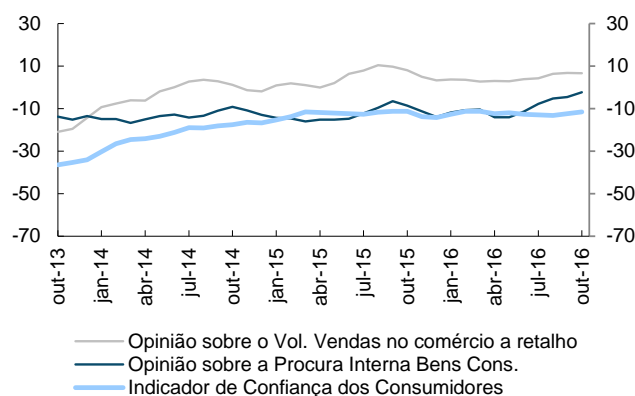
Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,6	2,1	1,9	2,5	1,6	1,9	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-12,3	-11,2	-14,1	-11,3	-12,6	-12,4	-13,9	-13,1	-12,7	-11,3	-10,7
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	5,1	9,7	3,3	2,7	3,9	6,8	3,0	6,3	9,7	4,4	5,9
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	1,8	1,1	1,1	1,9	2,2	3,3	3,9	4,0	2,9	3,1	:
Bens Alimentares	VH	"	0,8	1,4	1,0	3,4	3,5	5,2	5,4	7,0	3,7	4,8	:
Bens não alimentares	VH	"	2,6	0,9	1,1	0,9	1,4	2,0	2,8	1,8	2,3	1,9	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	25,0	18,9	13,6	26,4	10,6	7,2	10,9	0,6	13,5	10,6	8,9
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	7,4	7,4	4,5	4,6	5,4	5,6	3,8	-0,2	12,3	5,4	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

No trimestre terminado em outubro, o indicador de confiança dos consumidores apresentou uma melhoria face ao terceiro trimestre do ano, enquanto o indicador qualitativo dos consumidores relativo à oportunidade de aquisição de bens duradouros estabilizou. Já o indicador qualitativo de opinião dos empresários relativamente ao volume de vendas no comércio a retalho deteriorou-se ligeiramente, enquanto a opinião dos empresários relativo à procura interna de bens de consumo melhorou, tendo atingido o valor mais elevado desde 2002.

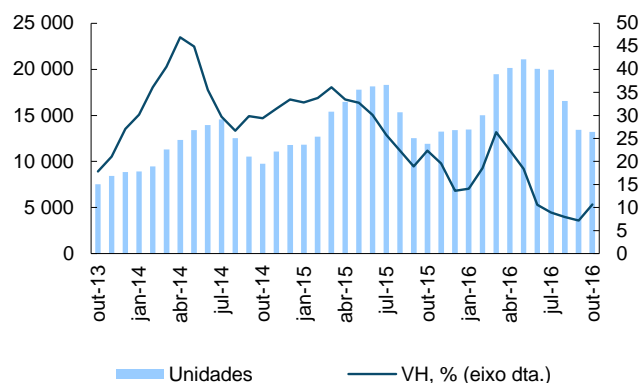
Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em outubro de 2016 foram vendidos 14 936 veículos ligeiros de passageiros, um aumento de 976 unidades face a setembro, e um aumento de 8,9% face a igual período de 2015.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

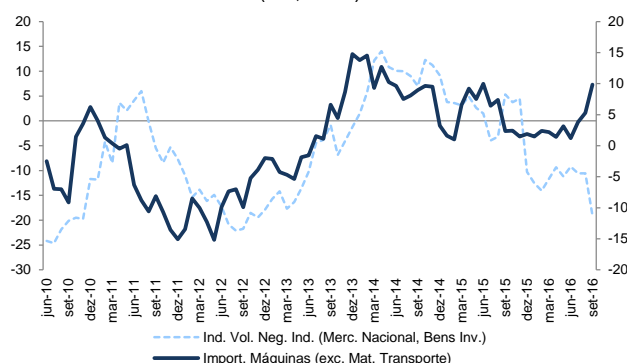
Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 3.º trimestre de 2016, em termos homólogos reais, a FBCF registou uma variação de -1,5%, 0,9 p.p. superior ao observado nos três meses precedentes. Para esta evolução concorreu a melhoria significativa do investimento em outras máquinas e equipamento, por contraste a uma estabilização da construção e uma desaceleração do equipamento de transporte.

Os dados para o trimestre terminado em outubro mostram que:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um crescimento de 6,5% (13,5 no 3.º trimestre de 2016) acompanhadas pela variação de 20,2% na venda de veículos comerciais pesados (uma aceleração de 15 p.p. face ao trimestre terminado em setembro);
- as vendas de cimento registaram uma variação homóloga de -2,3% (o que compara com -5,6% no 3.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso evoluiu negativamente, quando comparado com o 3º trimestre.

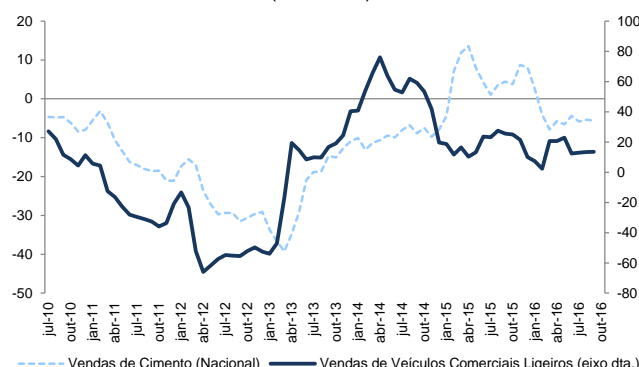
Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

O indicador de FBCF publicado pelo INE, para o 3º trimestre do ano, apresentou uma variação homóloga de -1,3% (-0,9 p.p. face ao 2.º trimestre de 2016), tendo a componente de máquinas e equipamentos aumentado 0,8 p.p..

Figura 2.9. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

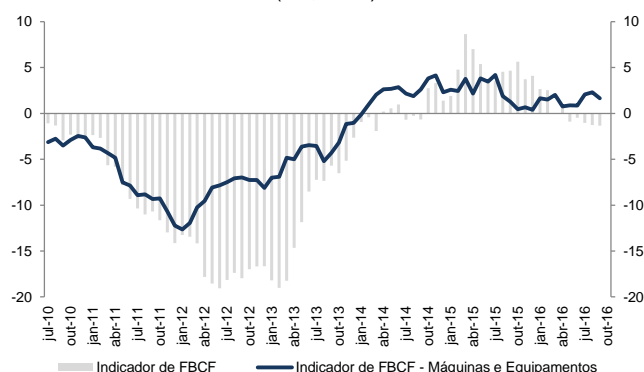


Fontes: ACAP, Secil, Cimpor.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 3.º trimestre de 2016, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um decréscimo de 19,0% (-9,2% no 2º trimestre do ano);
- a importação de máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceu 9,8% (um aumento de 8,6 p.p. face ao trimestre anterior);
- as licenças de construção de fogos cresceram 35,2% (59,3% no 2.º trimestre de 2016).

Figura 2.10. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

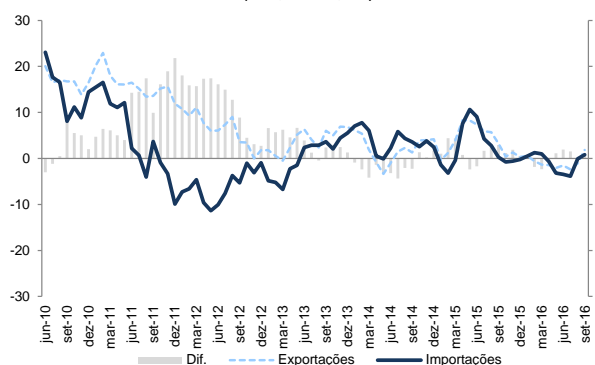
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	4,6	3,0	5,9	-2,1	-2,3	-3,1	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	4,5	2,1	1,5	-2,7	-2,4	-1,5	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	5,2	4,7	4,1	0,0	-0,5	-1,3	-0,5	-1,0	-1,3	-1,3	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	6,9	4,4	8,0	-7,8	-4,4	-5,6	-2,4	-12,6	0,0	-3,0	-3,8
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	17,9	25,5	10,0	20,6	12,4	13,5	16,1	10,4	13,5	16,7	-7,7
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	27,6	35,6	9,8	36,9	23,3	5,2	21,5	-3,0	-10,5	21,7	36,2
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-19	-7,2	-6,4	-10,3	-10,0	-1,5	-2,9	0,8	2,4	-7,8	-16,2
Licenças de Construção de fogos	VH	"	211	17,2	24,9	219	59,3	35,2	38,6	14,6	42,9	50,5	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	5,0	2,4	1,9	2,2	1,2	9,8	-1,7	4,7	15,7	10,5	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-0,5	5,3	-10,3	-11,7	-9,2	-19,0	-7,9	-14,9	-7,4	-28,7	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em termos homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o 3.º trimestre, apontam para um acréscimo das exportações e das importações, mas que é mais acentuado no caso das exportações (1,8% e 0,8% respetivamente).

Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



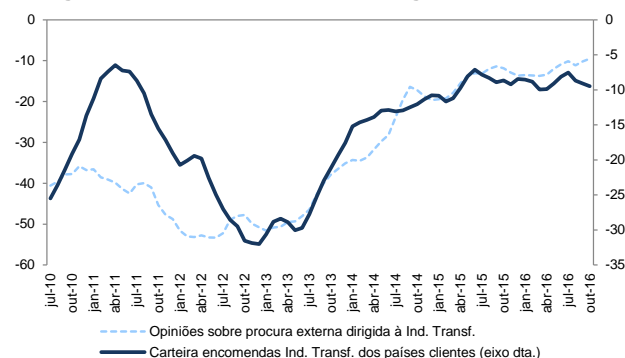
Fonte: INE.

Também neste trimestre, e em termos homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações registou uma diminuição de 8,6%, um valor 6,6 p.p. superior aos -15,2% registados no 2.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 5,9% (3,7% no trimestre precedente);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário apresentou um aumento de 2,2%, enquanto que o mercado extracomunitário comprimiu 3,6% em termos homólogos (0,6% e -15,5% no 2.º trimestre de 2016, respetivamente). Estes resultados resultam numa taxa de cobertura do comércio internacional de bens de 83,0% (82,7% em igual período de 2015);

Por seu lado, em outubro, as opiniões sobre a procura externa na indústria evoluíram positivamente quando comparadas com o resto do ano de 2016.

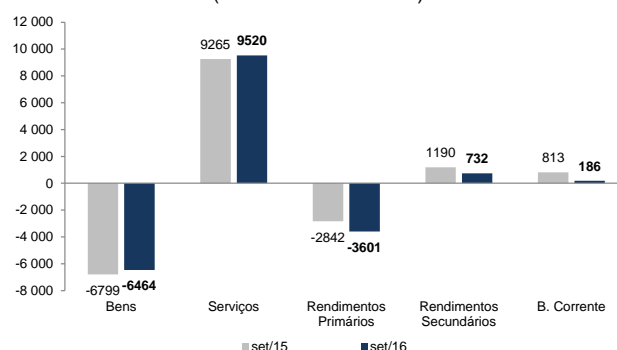
Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até setembro de 2016, o excedente acumulado da balança corrente, corrigido de sazonalidade, foi de 186 milhões de euros, o que representa uma redução de 627 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma deterioração nos saldos da balança de rendimentos primários e secundários, que mais do que compensam a melhoria registada na balança de bens e serviços.

Figura 2.13. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 1328 milhões de euros (que compara com a capacidade de financiamento de 2296 milhões de euros no período homólogo).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

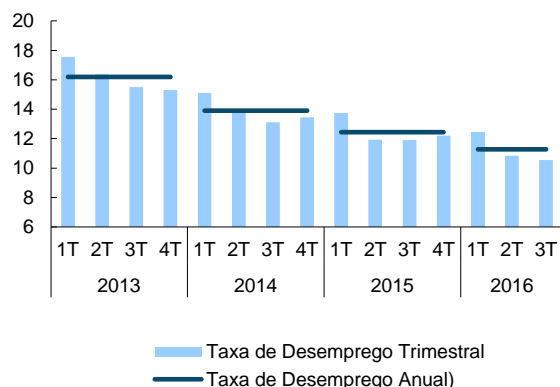
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ago	set
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	6,1	5,6	3,7	3,4	1,8	5,4	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	8,2	6,4	6,0	4,7	1,4	3,5	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços	% PIB	"	0,7	-0,2	3,6	0,0	-0,7	:	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia	% PIB	"	1,1	-1,9	4,4	2,1	-0,5	:	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	3,7	3,2	0,3	-1,4	-1,5	1,8	-0,4	-1,8	-4,7	5,1	6,6
Entradas de Bens	VH nom	"	2,2	0,3	-0,2	1,0	-3,4	0,8	-3,8	-0,6	-7,2	9,8	1,9

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016		Dif.
				3T	4T	1T	2T	3T	jan-set	jan-set	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 342	366	895	1046	470	114	2296	1328	-968
Saldo Balança de Bens	"	"	-8 983	-2624	-2162	-2184	-2195	-2177	-6799	-6464	334
Saldo Balança de Serviços	"	"	12 388	3066	3102	3124	3090	3099	9265	9520	256
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-3 882	-936	-844	-1039	-936	-1456	-2842	-3601	-759
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1582	256	382	392	232	320	1190	732	-458

Mercado de Trabalho

No terceiro trimestre do ano, a taxa de desemprego fixou-se nos 10,5%, menos 0,3 p.p. do que no segundo trimestre, e levando a que a média anual se fixasse nos 11,3%. Para esta evolução concorreu um aumento homólogo do emprego (1,9%), enquanto a população desempregada caiu 11,2%, o que se traduziu num aumento de 0,3% da população ativa.

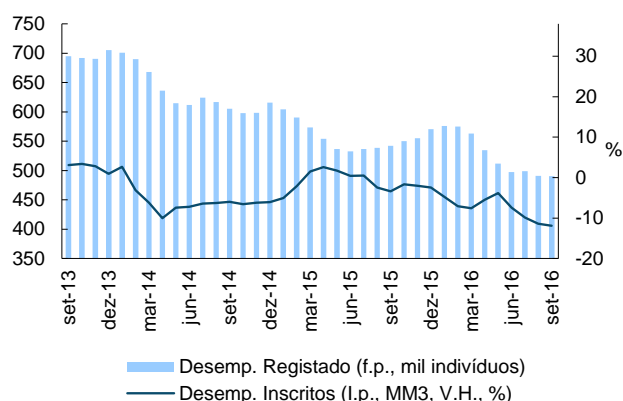
Figura 2.14. Taxa de Desemprego



Fonte: INE.

Segundo os dados do IEFP, no final de outubro, o número de desempregados registados nos centros de emprego ascendia aos cerca de 491 mil, uma redução de 9,5% face ao período homólogo e o valor mais baixo desde junho de 2009. Já o desemprego inscrito ao longo do mês ascendeu aos cerca de 58 mil pedidos, menos 17% do que no mês homólogo.

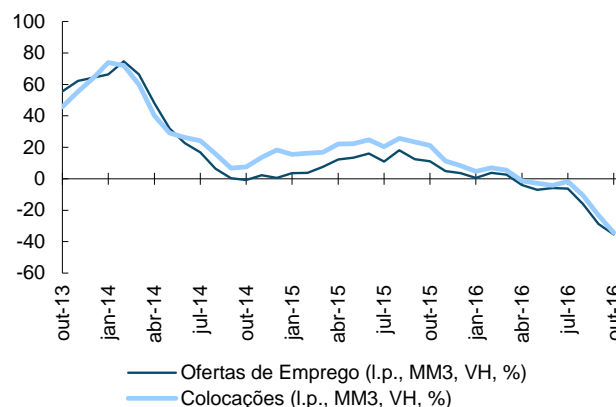
Figura 2.15. Desemprego



Fonte: IEFP.

Em igual período, o número de ofertas de emprego contraiu 41,6%, enquanto o número de colocações diminuiu 43,6%. Assim, o rácio entre ofertas e colocações fixou-se nos 68,4%, menos 2,7 p.p. do que em setembro e menos 2,4 p.p. do que em outubro de 2015.

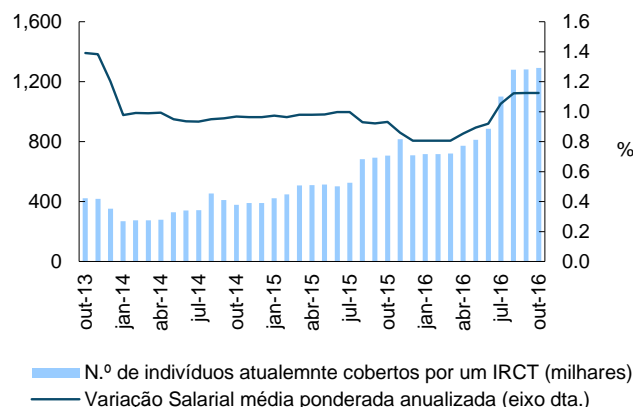
Figura 2.16. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que, no final de outubro, cerca de 1,3 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de aproximadamente 82,7% face ao período homólogo. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 1,1%, valor idêntico ao registado em setembro.

Figura 2.17. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

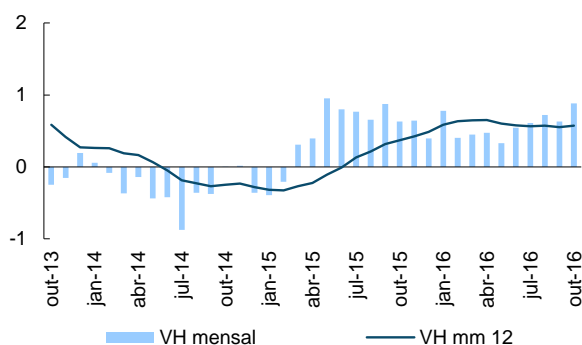
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Taxa de Desemprego*	%	INE	12,4	11,9	12,2	12,4	10,8	10,5	11	10,9	10,9	10,8	:
Emprego Total*	VH	"	1,1	0,2	1,6	0,8	0,5	1,9	1,3	1,8	2,1	2,0	:
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	IEFP	-7,3	-12,6	-7,3	-2,6	-4,7	-8,8	-4,7	-6,6	-7,0	-8,8	-9,5
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-1,3	-2,4	-2,0	-7,1	-3,8	-11,4	-7,7	-16,6	-4,9	-12,0	-17,0
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	10,1	12,6	3,6	2,6	-6,0	-28,7	0,7	-22,2	-29,0	-34,4	-41,6
Contratação Coletiva	VH	MSESS	0,8	0,9	0,8	0,8	0,9	1,1	0,9	1,1	1,1	1,1	1,1
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1,6	-1,0	1,9	0,2	2,2	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,6	1,3	1,5	1,6	0,9	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Trabalho. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC), em outubro de 2016, foi de 0,9%, valor 0,3 p.p. acima do registado em setembro. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC aumentou 0,6%, valor idêntico ao do mês precedente.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

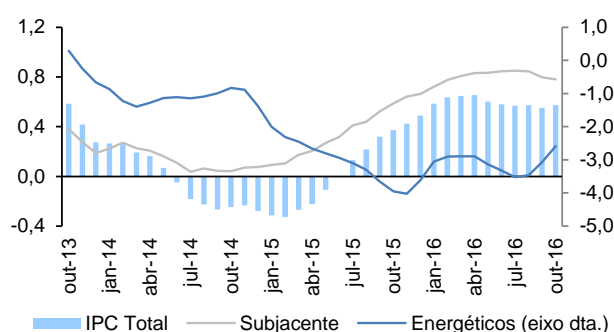


Fonte: INE.

O preço dos Bens aumentou apenas marginalmente (0,1%), enquanto o preço dos Serviços apresentou um aumento mais dinâmico (1,9%). Estes valores comparam com aumentos de 0,1% e 1,4%, respetivamente, em setembro.

Já o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não transformados (IPC subjacente), acelerou 0,2 p.p. para os 0,7%, levando a que o diferencial deste face ao IPC total se fixasse nos -0,2 p.p.. Para esta evolução concorreu a forte aceleração dos energéticos, os quais apresentaram o primeiro crescimento desde 2014.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



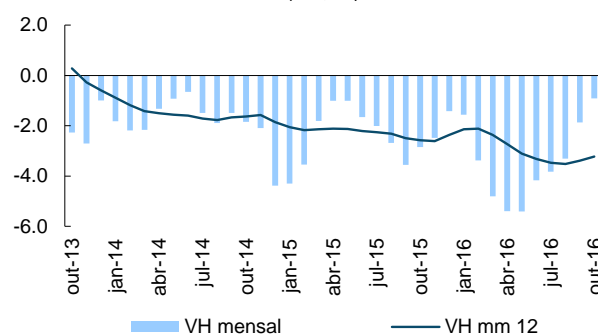
Fonte: INE.

Relativamente às classes do IPC, constata-se que as que registaram a maior quebra foram o Vestuário e a Saúde (com uma quebra de 1,4% e 0,6%, respetivamente), enquanto a Restauração e Hotelaria e a Comunicação foram as que mais aumentaram (4,2% e 3% respetivamente). Também de destacar a forte aceleração da classe dos transportes, a qual acelerou 1,2 p.p., por via da aceleração do IPC dos produtos energéticos.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga superior, em 0,2 p.p., à do IPC total (1,1%), enquanto a zona euro apresentou uma variação de 0,5%, levando a que o diferencial entre as duas se fixasse nos 0,6 p.p..

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em outubro de 2016, uma variação homóloga de -0,9%, 1 p.p. acima do registado no mês precedente.

Figura 2.20. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Ao nível das secções industriais, as Indústrias Transformadoras foram as que apresentaram a maior quebra (1,1%), tendo também sido a única secção a apresentar uma evolução negativa. Relativamente aos grandes agrupamentos industriais, apenas os Bens de Consumo Duradouros apresentaram uma evolução positiva (1%). Já o agrupamento da energia apresentou a maior quebra (3%). Com efeito, excluindo o efeito da Energia, o IPPI teria caído 0,4% em outubro, mais 0,2 p.p. do que em setembro.

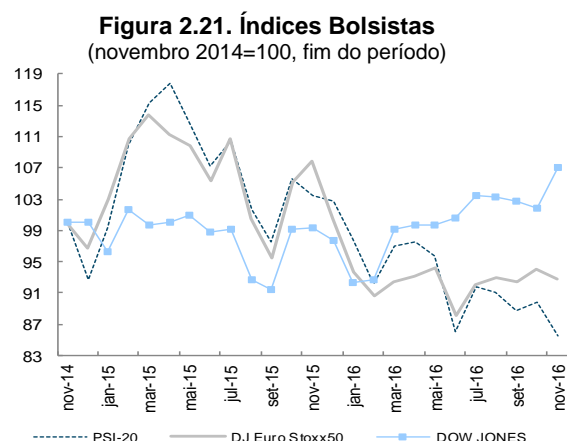
Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2016									
				fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,4	1,9	0,4	0,3	0,1	-0,7	-0,2	0,7	0,3	
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,5	0,4	0,4	0,5	0,3	0,5	0,6	0,7	0,6	0,9	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	
IPC - Bens	VH	"	-0,1	-0,5	-0,4	-0,2	-0,6	-0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	
IPC - Serviços	"	"	1,3	1,6	1,7	1,5	1,8	1,5	1,3	1,3	1,4	1,9	
IPC Subjacente*	"	"	0,7	0,9	1,0	0,8	0,8	0,7	0,8	0,6	0,5	0,7	
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-2,4	-3,4	-4,8	-5,4	-5,4	-4,2	-3,8	-3,3	-1,9	-0,9	
IHPC	"	"	0,5	0,2	0,5	0,5	0,4	0,7	0,7	0,8	0,7	1,1	
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,5	0,3	0,5	0,8	0,5	0,6	0,6	0,6	0,3	0,5	

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em novembro de 2016, os índices bolsistas internacionais foram marcados pela forte subida dos índices dos EUA, influenciados pela perspetiva de um crescimento económico mais robusto deste país, por uma orientação mais expansionista da política orçamental; menor regulação bancária e melhoria da rentabilidade deste setor. Assim, a 28 de novembro de 2016, o índice *Dow Jones* valorizou-se 5,3% face ao final do mês de outubro e cerca de 10% face ao final de 2015.

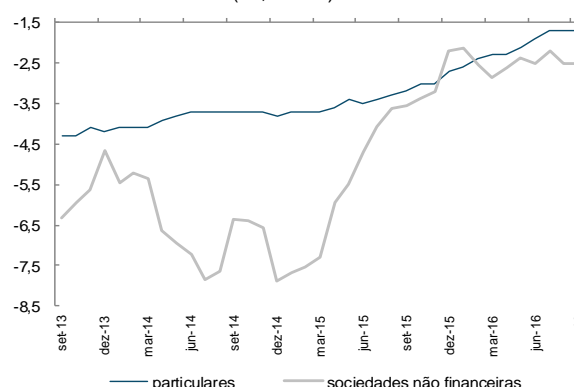


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para novembro, o valor é do dia 28.

Relativamente ao índice nacional, o PSI-20 desvalorizou 5% no dia 28 de novembro de 2016 face ao final do mês de outubro (-17% face ao final de 2015), resultando da continuação da fragilidade económica do país, especialmente da fraca rentabilidade do setor bancário e do elevado nível de endividamento dos setores privado e público.

Em setembro de 2016, a variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -2,0% em termos anuais (igual ao mês precedente). Esta estabilização estendeu-se tanto ao crédito atribuído às empresas não financeiras como aos particulares.

Figura 2.22. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

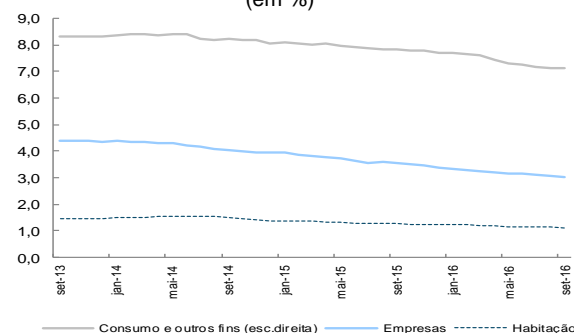


Fonte: Banco de Portugal.

O crédito destinado às famílias manteve-se em -1,7% em setembro de 2016, resultando da estabilização do crédito à habitação em torno de -3,0%. Já relativamente ao crédito ao consumo, este aumentou para 10,7%, seguindo a trajetória ascendente dos meses anteriores; enquanto o aplicado para outros fins recuou para -3,2% (-2,5% no mês anterior).

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram quer para as empresas, quer para os particulares, tendo, porém, a descida sido mais pronunciada para os empréstimos do primeiro caso. Com efeito, estas descenderam para 3,04% em setembro de 2016 (3,55%, no mesmo mês de 2015).

Figura 2.23. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2016									
				fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	2,5	3,0	2,9	3,1	3,1	3,1	2,9	3,0	3,3	3,3	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	186	287	277	288	289	319	304	308	344	314	
PSI20*	VC	CMVM	10,7	-5,9	5,3	0,6	-1,9	-10,2	6,6	-0,8	-2,4	12	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,3	-3,1	-3,1	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	:	
- para consumo	va**	"	2,8	4,5	5,0	5,0	6,3	8,0	10,1	9,8	10,7	:	
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,2	-2,5	-2,9	-2,6	-2,4	-2,5	-2,2	-2,5	-2,5	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,25	1,22	1,20	1,18	1,16	1,15	1,14	1,13	1,12	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,37	3,29	3,24	3,20	3,17	3,14	3,10	3,06	3,04	:	

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

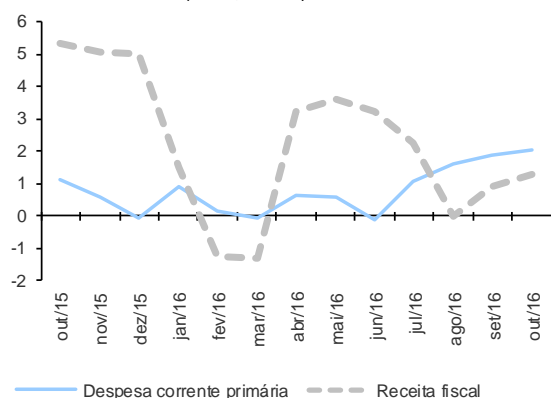
Finanças Públicas

No final do mês de outubro, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo global negativo de 4430 milhões de euros, correspondente a uma melhoria de 357 milhões de euros relativamente ao saldo registado no mesmo mês do ano anterior¹. Este resultado assentou principalmente na receita efetiva, cujo crescimento (1,7%) superou o aumento concomitante da despesa efetiva (1,1%)². No mesmo período, o saldo primário cifrou-se em 3118 milhões de euros, valor que corresponde a uma melhoria de 683 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior. O referido crescimento da receita efetiva foi marcado pelo aumento de 3,6% registado nas *Contribuições para a Segurança Social*, já que o valor da *Receita Fiscal* mostra um acréscimo de apenas 0,6%. No que toca à despesa efetiva destacam-se os aumentos nas rubricas *Juros e Outros Encargos* (4,5%) e *Despesas com o Pessoal* (3,4%), bem como as reduções das *Despesas de Capital* (8,3%) e com a *Aquisição de Bens e Serviços* (2,0%).

Estado

O subsetor Estado registou um saldo global negativo de 6658 milhões de euros, valor que representa um agravamento de 571 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior, o equivalente a cerca de 9%. O saldo primário apresenta um excedente de 306 milhões de euros, correspondente a uma diminuição de 219 milhões de euros face a um idêntico período do ano anterior.

Figura 2.24. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

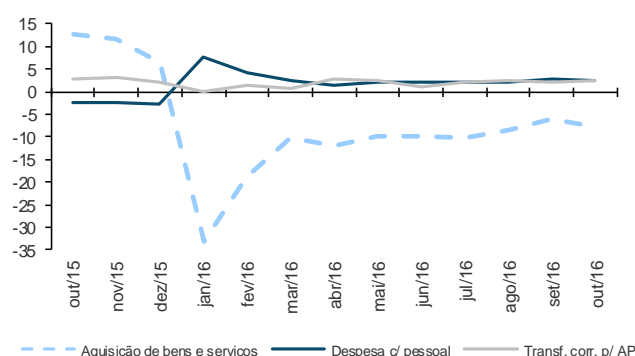
O referido agravamento do saldo global decorreu da combinação de um acréscimo de 0,9% da receita efetiva com um aumento de 2,1% da despesa efetiva do subsector. Os graus de execução da receita efetiva e da despesa efetiva situaram-se, entretanto, abaixo dos registados no período homólogo do

ano anterior (3,0 pontos percentuais e 2,1 pontos percentuais, respetivamente).

Para a evolução da receita efetiva foi determinante o aumento de 7,5% registado na cobrança dos impostos indiretos, evolução que compensou a diminuição que entretanto se verificou nos impostos diretos (5,9%).

O supracitado aumento da despesa efetiva teve como fatores preponderantes os aumentos registados nas rubricas *Juros e Outros Encargos* (5,3%) e *Despesas com o Pessoal* (2,5%). No mesmo período, as rubricas *Despesas de Capital* e *Aquisição de Bens e Serviços* mostram, entretanto, em relação ao período homólogo do ano anterior, diminuições de, respetivamente, 13,0% e 7,9%.

Figura 2.25. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2015	2016	2015	2016	2016			
	jan a out		jan a out		jul	ago	set	out
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	35 250	35 563	81,6	78,6	2,4	-0,1	0,6	0,9
Receita corrente	35 141	35 472	82,0	78,8	2,3	-0,2	0,6	0,9
Impostos diretos	14 763	13 894	81,1	77,6	-5,3	-9,1	-6,1	-5,9
Impostos indiretos	17 149	18 428	82,2	80,0	8,4	7,4	6,9	7,5
Despesa Efetiva	41 337	42 221	84,0	81,9	1,9	2,2	2,5	2,1
Despesa corrente	40 223	41 251	84,2	83,0	2,2	2,5	2,7	2,6
Despesa com pessoal	7 663	7 855	90,0	86,3	2,1	2,0	2,7	2,5
Aquisição bens e serviços	1 211	1 115	74,3	64,7	-10,3	-8,6	-6,1	-7,9
Subsídios	87	80	56,9	58,3	-16,9	-13,5	-17,8	-7,7
Juros	6 612	6 964	88,6	92,3	8,5	7,4	7,8	5,3
Transferências corr. p/ AP	22 393	22 919	84,8	83,7	2,1	2,5	2,1	2,4
Saldo Global	-6 087	-6 658	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	525	306	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

A execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) registou em outubro um saldo global positivo de 331 milhões de euros, valor que contrasta com o défice de 53 milhões de euros apresentado no mês homólogo do ano anterior.

Esta melhoria assentou na combinação do crescimento da receita efetiva em 1,8% face ao período homólogo anterior com um aumento de menor intensidade (0,2%) da despesa total do subsector.

Do lado da receita assinalam-se os aumentos de registados nas *Transferências Correntes e de Capital das AP* (2,3% e 103%, respetivamente); do lado da despesa merecem destaque o aumento de 5,5% das *Despesas com o Pessoal* e a diminuição de 12,4% do Investimento.

No mesmo período, as EPR incluídas neste subsector apresentaram um saldo global negativo de 820 milhões de euros, valor que traduz uma melhoria em relação ao registado no mês homólogo do ano anterior (938 milhões de euros).

Este resultado decorre da combinação de um aumento da receita efetiva (0,6%) com uma diminuição da despesa efetiva (0,9%). O referido aumento da receita assentou, entretanto, no crescimento registado nas *Transferências Correntes e de Capital das AP* e, ainda, nas *Outras Transferências de Capital*. Do lado da despesa destacam-se o aumento de 6,9% nas *Despesas com o Pessoal*¹ e a redução de 9,4% operada na rubrica *Aquisição de Bens e Serviços*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2015		2016		2015		2016	
	jan a out				jan a out			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)*	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)*	VHA (%)
Receita Efetiva	23 235	23 658	80,9	1,8	7 048	7 091	76,8	0,6
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 379	3 402	85,6	0,7	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	13 728	14 038	80,1	2,3	529	630	61,2	18,9
Despesa Efetiva	23 288	23 327	77,0	0,2	7 986	7 911	72,7	-0,9
Despesa com pessoal	5 067	5 345	82,6	5,5	2 830	3 024	84,7	6,9
Aquisição de bens e serviços	5 384	5 302	76,9	-1,5	2 631	2 385	70,4	-9,4
Transferências correntes	9 315	9 394	83,0	0,8	53	88	45,9	64,2
Saldo Global	- 53	331	-	-	- 938	- 820	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2015		2016			2015		2016	
	jan a out					jan a out			
	10º euros		VHA (%)	Grau de execução (%)*		10º euros		VHA (%)	Grau de execução (%)*
Receita Efetiva	7 066	7 238	2,4	82,7	Receita Efetiva	8 458	8 368	-1,1	85,7
Receita fiscal	70	82	16,5	78,6	Contribuições p/ a CGA	3375	3 399	0,7	85,6
Outra receita corrente	6 960	7 139	2,6	83,1	Quotas e contribuições	3 290	3 315	0,8	85,6
Receita de capital	36	17	-52,8	26,7	Transferências correntes do OE	4 315	4 253	-1,4	86,1
Despesa Efetiva	7 231	7 398	2,3	82,8	Complicação do OE	4 099	4 029	-1,7	86,4
Despesa com pessoal	2 843	2 985	5,0	83,1	Compensação por pagamento de pensões	217	224	3,3	84,1
Aquisição de bens e serviços	4 227	4 248	0,5	82,6	Despesa Efetiva	8 189	8 206	0,2	84,2
Despesa de capital	91	74	-19,3	67,2	Pensões	8 046	8 055	0,1	84,2
Saldo Global	- 166	- 160	-	-	Saldo Global	269	162	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

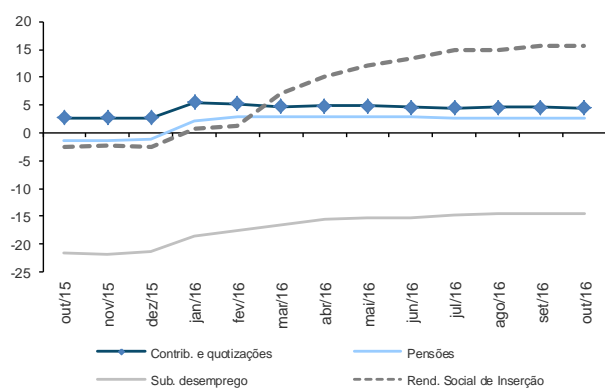
¹ Importa não perder de vista as EPR englobam os *Hospitais EPE* onde se repercute a política de reversão gradual da redução remuneratória na Administração Pública.

Segurança Social

No final de outubro a execução do orçamento da Segurança Social apresentou um saldo global de 1208 milhões de euros, valor que traduz uma melhoria em relação ao excedente apurado no período homólogo anterior (867 milhões de euros). Este resultado decorre de um aumento do total da receita efetiva (3,8%) superior ao crescimento entretanto registado pela despesa efetiva (2,3%).

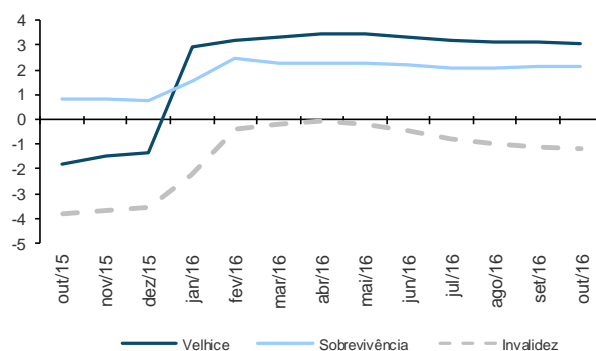
A evolução da receita assenta no aumento de 4,5% registado nas *Contribuições e Quotizações*. O crescimento da despesa reflete o aumento de 2,6% das Pensões e de 44,7% da despesa com Ações de Formação Profissional, só parcialmente compensado pela redução de 14,6% na rubrica *Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego*.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



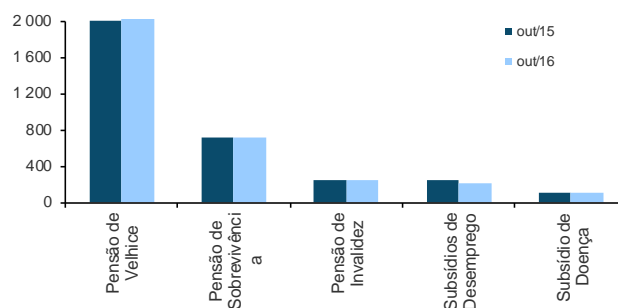
Fonte: DGO.

Figura 2.27. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.28. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2015	2016		
	jan a out			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)*
Receita Efetiva	20.526	21.311	3,8	81,2
Contribuições e quotizações	11.511	12.031	4,5	81,1
Transferências correntes da Adm. Central *	7.784	7.708	-1,0	86,0
Despesa Efetiva	19.659	20.102	2,3	80,0
Pensões	12.875	13.206	2,6	83,9
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	384	377	-1,8	78,3
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1.487	1.270	-14,6	77,5
Prestações e ação social	3.255	3.375	3,7	80,6
Saldo Global	867	1.208	-	-

Administração Regional

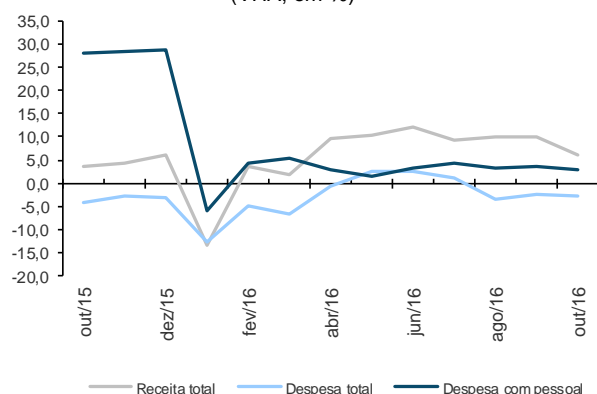
No final do mês de outubro, o saldo global da execução orçamental da Administração Regional mostrava um excedente de 47 milhões de euros, valor que compara com o défice de 135 milhões de euros no período homólogo do ano anterior.

Na base deste resultado está a conjugação de um aumento de 6,1% do total da receita efetiva e de uma diminuição de 2,8% do total da despesa efetiva.

O referido acréscimo do total da receita decorreu do aumento nas transferências da União Europeia (64,6%) e das outras transferências correntes. Na evolução da despesa destaca-se o aumento na rubrica *Despesas com o Pessoal* (2,8%) mais do que compensado por reduções registadas nos gastos com a *Aquisição de Bens e Serviços* (9,9%) e com o *Investimento* (18,9%).

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Regional

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Administração Local

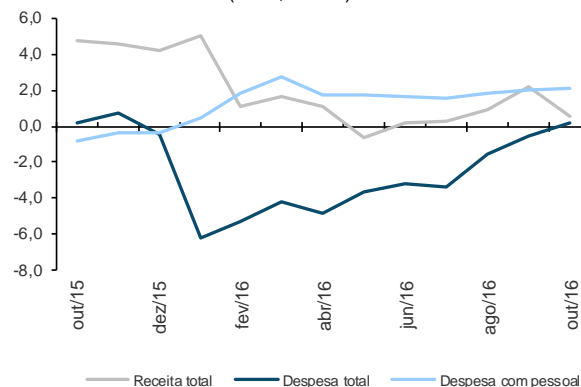
O saldo de execução orçamental da Administração Local cifrava-se, no final do mês de outubro, num excedente de 641 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 20 milhões de euros em relação ao período homólogo do ano anterior.

Este resultado assenta na conjugação de um crescimento da receita efetiva (0,5%) superior ao aumento entretanto verificado na despesa efetiva (0,2%).

A evolução da receita está associada, basicamente, a um crescimento da cobrança dos impostos (3,5%). A evolução da despesa é determinada pela redução registada no *Investimento* (20,2%), já que as rubricas mais importantes do ponto de vista financeiro - as *Despesas com o Pessoal* e a *Aquisição de Bens e Serviços* - apresentam aumentos significativos de 2,1% e 4,6%, respetivamente.

Figura 2.30. Execução Orçamental da Administração Local

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2015	2016		2015	2016	
	jan a out			jan a out		
	10 ⁶ euros		VHA (%)	10 ⁶ euros		VHA (%)
Receita Efetiva	1 986	2 108	6,1	5 770	5 802	0,5
Impostos	1 203	1 213	0,8	2 068	2 141	3,5
Transferências correntes	70	457	-	2 072	2 095	1,1
Despesa Efetiva	2 122	2 061	-2,8	5 150	5 161	0,2
Pessoal	828	851	2,8	1 851	1 890	2,1
Aquisição de bens e serviços	613	552	-9,9	1 597	1 669	4,6
Transferências correntes	175	172	-1,5	447	483	7,9
Investimento	144	116	-18,9	874	697	-20,2
Saldo global	- 135	47	-	621	641	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida consolidada do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) atingiu no final do mês de setembro o montante de 244420 milhões de euros. Este valor representa um aumento de 1131 milhões de euros relativamente ao mês anterior (0,5%) e um aumento de 12836 milhões de euros relativamente ao final de 2015 (idem, 5,5%).

A Administração Central continua a deter a maioria da dívida pública, tendo sido a principal responsável pelo referido aumento que se verificou em relação ao mês anterior. Este sector detinha no final de setembro, depósitos no montante de 21271 milhões de euros, o que representa aumentos de 8,1% e de 60,5%, respetivamente, face ao mês anterior e em relação a dezembro de 2015.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2015 dez	2016 ago	2016 set
Administrações Públicas	231 584	243 289	244 420
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	233 126	245 835	246 876
Administração Regional e Local	10 900	10 905	10 958
Segurança Social	2	2	2
Consolidação entre subsectores	12 443	13 452	13 417
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	13 252	19 684	21 271

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2015 dez	2016 set	2016 out
Administrações Públicas	2 193	2 454	2 227
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	290	470	486
Administração Regional	638	577	531
Administração Local	1 265	1 407	1 210
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das Administrações Públicas ascendia, no final de outubro, a 2.227 milhões de euros. Este valor representa uma redução de 9,2% relativamente ao montante apurado no final do mês anterior, mas continua a significar um aumento de 1,6% em relação ao final do ano anterior.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2015 dez	2016 set	2016 out
Administrações Públicas	920	1 145	1 157
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	13	19	19
SNS	4	2	5
Hospitais EPE	451	711	758
Empresas Públicas Reclassificadas	15	16	15
Administração Regional	194	179	181
Administração Local	242	217	179
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	1	4	4
Empresas públicas não reclassificadas	1	4	4
Adm. Públicas e outras entidades	921	1 148	1 161

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas atingiram em outubro o montante de 1.157 milhões de euros, o que traduz um agravamento de 1,1% face ao mês anterior.

Dívida Direta do Estado

A dívida direta do Estado atingiu, no final do mês de outubro, o montante de 238679 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 1316 milhões de euros relativamente ao mês anterior (o equivalente a 0,5%).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	30/set/16	out/16			30/out/16
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	137 099	2 767	223	6	135 477
da qual: Bilhetes do Tesouro	15 699	1 567	0	0	17 065
da qual: Obrigações Tesouro	112 726	-	223	10	109 659
Não Transacionável	32 784	2 504	2 111	-	33 024
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	23 445	401	62	0	23 678
da qual: CEDIC e CEDIM	6 668	1 863	1 449	0	6 298
Prog. de Ajustamento Económico	70 112	0	0	- 19	70 179
Total	239 995	5 271	2 334	- 13	238 679

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

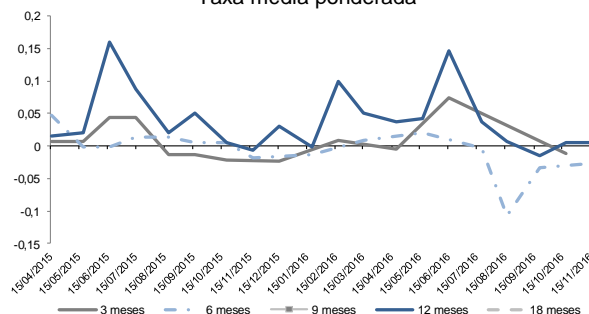
Durante o mês de novembro, o IGCP, E.P.E., colocou no mercado 1500 milhões de euros em Bilhetes do Tesouro, através de dois leilões com as seguintes características:

- em 18 de novembro, um montante de 250 milhões de euros, com maturidade em maio de 2017 e uma taxa média ponderada de -0,027%;
- na mesma data, um montante de 1250 milhões de euros, com maturidade em novembro de 2017, e uma taxa média ponderada de 0,005%.

Em 23 de novembro foi realizado um leilão de Obrigações do Tesouro através de um leilão, a 23 daquele mês, e no qual foi colocado um montante de 700 milhões de euros, com maturidade em abril de 2021 e uma taxa de colocação de 2,112%.

Ainda em novembro foi realizada uma subscrição da OTRV novembro 2021, com um cupão bi-anual com uma taxa de Euribor a 6 meses mais 2%. O montante emitido foi de 1.500 milhões de euros, tendo a procura atingido 2.083 milhões de euros através de 90.370, dos quais 94% eram residentes.

Figura 2.31. Emissões de BT
Taxa média ponderada



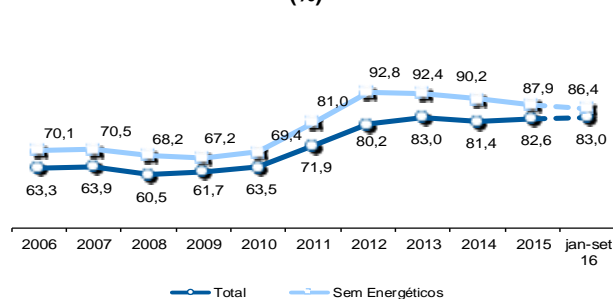
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros nove meses de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram 0,4% em termos homólogos, enquanto as importações diminuíram 0,6% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) recuperou 1,9%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 2% e as importações registaram uma variação homóloga positiva de 4,3% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a setembro			VH	
	2015	2016	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	37.332	37.194	-0,4	1,8	-0,2
Importações (cif)	45.124	44.838	-0,6	0,8	-0,5
Saldo (fob-cif)	-7.792	-7.643	-1,9	-3,7	-2,1
Cobertura (fob/cif)	82,7	83,0	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	34.348	35.050	2,0	3,6	2,3
Importações (cif)	38.904	40.563	4,3	3,8	4,4
Saldo (fob-cif)	-4.556	-5.513	21,0	5,8	20,0
Cobertura (fob/cif)	88,3	86,4	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	10.208	8.818	-13,6	-8,6	-13,3
Importações (cif)	10.781	10.020	-7,1	-3,6	-7,1
Saldo (fob-cif)	-572	-1.202	110,0	67,0	230,3
Cobertura (fob/cif)	94,7	88,0	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros nove meses de 2016, as exportações representaram 83% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 0,3 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 86,4% das importações (-1,9 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de setembro

janeiro a setembro	Valores em milhões de Euros		
	2015	2016	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	37 332	37 194	-0,4
Importações (cif)	45 124	44 838	-0,6
Saldo (fob-cif)	- 7 792	- 7 643	-1,9
Cobertura (fob/cif)	82,7	83,0	-
Intra UE			
Exportações (fob)	27 124	28 376	4,6
Importações (cif)	34 343	34 818	1,4
Saldo (fob-cif)	- 7 220	- 6 442	-10,8
Cobertura (fob/cif)	79,0	81,5	-
Extra UE			
Exportações (fob)	10 208	8 818	-13,6
Importações (cif)	10 781	10 020	-7,1
Saldo (fob-cif)	- 572	- 1 202	110,0
Cobertura (fob/cif)	94,7	88,0	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros nove meses de 2016, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE recuperou 10,8% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 4,6% e as importações 1,4%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se consideravelmente (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2015	2016	TVH	2015	2016	TVH
jan	4 442	4 365	-1,7	3 777	3 695	-2,2
fev	4 507	4 714	4,6	3 954	4 026	1,8
mar	5 300	5 311	0,2	4 402	4 248	-3,5
abr	5 189	4 874	-6,1	4 243	4 145	-2,3
mai	5 361	5 158	-3,8	4 238	4 223	-0,4
jun	5 425	5 393	-0,6	4 554	4 469	-1,8
jul	5 435	5 043	-7,2	4 704	4 485	-4,7
ago	4 232	4 645	9,8	3 320	3 489	5,1
set	5 232	5 334	1,9	4 140	4 414	6,6
out	5 326			4 526		
nov	5 033			4 333		
dez	4 827			3 634		
1º Trim	14 249	14 390	1,0	12 133	11 969	-1,4
2º Trim	15 975	15 426	-3,4	13 035	12 837	-1,5
3º Trim	14 900	15 022	0,8	12 164	12 388	1,8
4º Trim	15 186			12 493		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº11/2016").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de setembro de 2016 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros nove meses de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram 0,4%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 2%.

Entre janeiro e setembro de 2016, três grupos de produtos contrariaram de forma mais acentuada a ligeira quebra das exportações. Destaca-se o contributo positivo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (0,7 p.p.), dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (0,6 p.p.) e dos “Agro-alimentares” (0,5 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” têm o maior peso nas exportações de mercadorias (15,2%). Seguem-se os “Químicos” (13%).

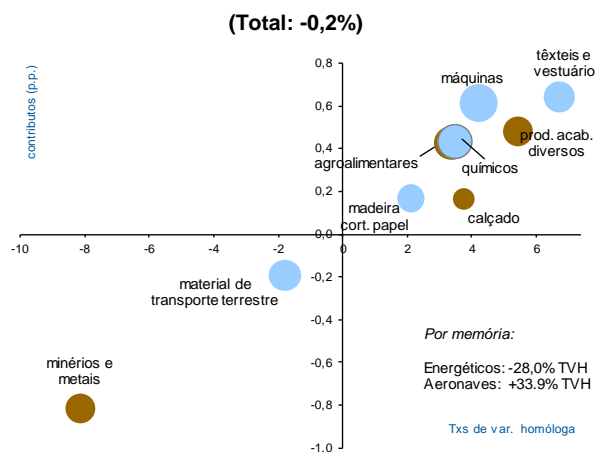
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o decréscimo das exportações no último ano a terminar em setembro de 2016.

Neste período, a maioria dos grupos de produtos contraria a ligeira queda das exportações (-0,2%). Os “Têxteis, vestuário e seus acessórios” e as “Máquinas e aparelhos e suas partes” registaram o maior contributo positivo (ambos com 0,6 p.p.). De destacar ainda o comportamento dos “Produtos acabados diversos” (+0,5 p.p.), dos “Agro-Alimentares” e dos “Químicos” (ambos com +0,4 p.p.).

De referir também que o “Calçado, peles e couros”, as “Aeronaves, embarcações e suas partes” e a “Madeira, Cortiça e Papel”, também contrariaram a ligeira queda registada nas exportações de mercadorias, embora em menor proporção (todos com +0,2p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2016



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-set		Anual		jan-set		últimos 12 meses ^[1]		jan-set	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	37 332	37 194	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,2	-0,2	-0,4	-0,4
Agro-alimentares	4 529	4 697	11,7	12,8	12,1	12,6	3,4	0,4	3,7	0,5
Energéticos	2 984	2 144	6,4	7,6	8,0	5,8	-28,0	-2,3	-28,1	-2,2
Químicos	4 729	4 847	11,9	12,6	12,7	13,0	3,5	0,4	2,5	0,3
Madeira, cortiça e papel	3 002	3 018	9,0	8,1	8,0	8,1	2,1	0,2	0,5	0,0
Têxteis, vestuário e seus acessórios	3 623	3 849	10,4	9,8	9,7	10,3	6,7	0,6	6,2	0,6
Calçado, peles e couros	1 686	1 759	4,1	4,4	4,5	4,7	3,8	0,2	4,3	0,2
Minérios e metais	3 688	3 439	10,7	9,7	9,9	9,2	-8,1	-0,8	-6,7	-0,7
Máquinas e aparelhos e suas partes	5 398	5 645	15,1	14,6	14,5	15,2	4,2	0,6	4,6	0,7
Material de transp. terrestre e suas partes	4 145	3 989	11,6	10,9	11,1	10,7	-1,8	-0,2	-3,8	-0,4
Aeronaves, embarcações e suas partes	216	309	0,6	0,6	0,6	0,8	33,9	0,2	43,1	0,2
Produtos acabados diversos	3 332	3 498	8,6	9,0	8,9	9,4	5,4	0,5	5,0	0,4
Por memória:										
Total sem energéticos	34 348	35 050	93,6	92,4	92,0	94,2	2,3	2,1	2,0	1,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2016.

[2] (out 15-set 16)/(out 14-set 15) x 100 - 100.

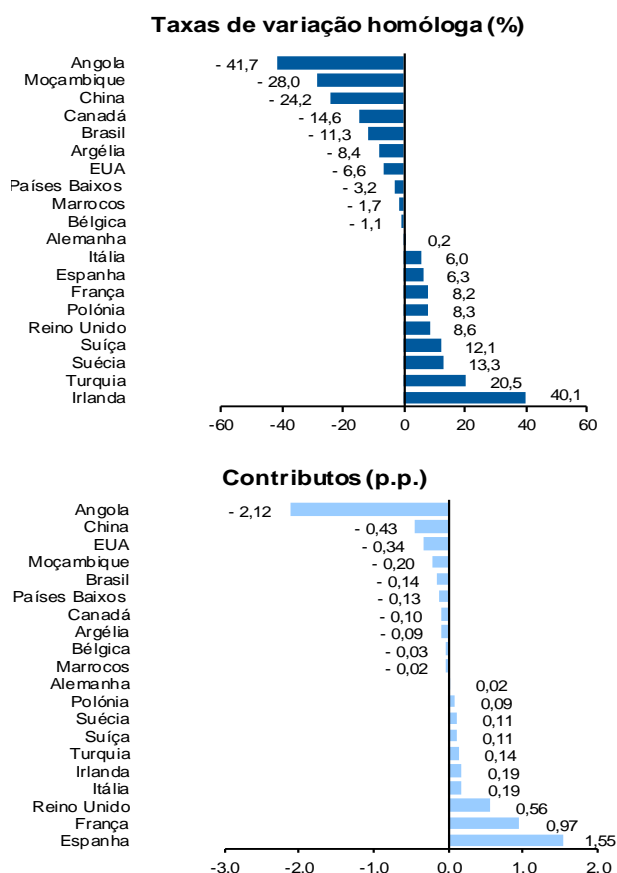
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nos primeiros nove meses de 2016, as exportações para a UE cresceram 4,6% em termos homólogos. As exportações com destino à UE-15 aumentaram 4,3% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento registaram um crescimento superior (11,7%). As exportações para países terceiros registaram um decréscimo significativo (-13,6%) (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha registaram o maior contributo positivo Intra UE-15 (+1,4 p.p.), seguidas das exportações para França e Reino Unido (+0,8 p.p. e +0,5 p.p., respetivamente).

No último ano a terminar em setembro de 2016, as exportações para os países Intra UE cresceram 5%, em termos homólogos. Situação ligeiramente inferior (4,6%) ocorre quando consideramos a UE-15. As exportações para Espanha (+1,6 p.p.) e França (1 p.p.) registaram os maiores contributos positivos. Entre os países terceiros, destaca-se apenas o crescimento das exportações para a Turquia (20,5%) e a Suíça (12,1%), a par da quebra significativa das exportações com destino a Angola (-41,7%), Moçambique (-28,0%) e China (-24,2%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2016



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-set		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-set		12 meses ⁽¹⁾		jan-set	
			2015	2016	2015	2016	VH ⁽²⁾	contrib. p.p. ⁽³⁾	VH	contrib. p.p. ⁽³⁾
	2015	2016								
TOTAL	37 332	37 194	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,2	-0,2	-0,4	-0,4
Intra UE	27 124	28 376	75,4	72,8	72,7	76,3	5,0	3,6	4,6	3,4
dos quais:										
UE-15	25 798	26 895	72,3	69,2	69,1	72,3	4,6	3,2	4,3	2,9
Espanha	9 354	9 869	27,0	25,0	25,1	26,5	6,3	1,6	5,5	1,4
França	4 474	4 786	12,0	12,1	12,0	12,9	8,2	1,0	7,0	0,8
Alemanha	4 482	4 423	13,0	11,8	12,0	11,9	0,2	0,0	-1,3	-0,2
Reino Unido	2 467	2 643	5,5	6,7	6,6	7,1	8,6	0,6	7,1	0,5
Países Baixos	1 492	1 401	3,9	4,0	4,0	3,8	-3,2	-0,1	-6,1	-0,2
Itália	1 155	1 243	3,7	3,2	3,1	3,3	6,0	0,2	7,6	0,2
Bélgica	854	925	2,6	2,3	2,3	2,5	-1,1	0,0	8,4	0,2
Suécia	305	363	1,0	0,8	0,8	1,0	13,3	0,1	19,0	0,2
Irlanda	177	263	0,3	0,5	0,5	0,7	40,1	0,2	48,4	0,2
Alargamento	1 326	1 481	3,2	3,6	3,6	4,0	11,6	0,4	11,7	0,4
Polónia	408	429	0,9	1,1	1,1	1,2	8,3	0,1	5,1	0,1
Extra UE	10 208	8 818	24,6	27,2	27,3	23,7	-13,3	-3,8	-13,6	-3,7
dos quais:										
EUA	1 966	1 779	3,5	5,2	5,3	4,8	-6,6	-0,3	-9,5	-0,5
Angola	1 588	966	5,1	4,2	4,3	2,6	-41,7	-2,1	-39,2	-1,7
China	646	484	0,6	1,7	1,7	1,3	-24,2	-0,4	-25,1	-0,4
Marrocos	521	500	0,8	1,4	1,4	1,3	-1,7	0,0	-4,0	-0,1
Brasil	425	398	1,2	1,1	1,1	1,1	-11,3	-0,1	-6,5	-0,1
Argélia	419	356	0,6	1,1	1,1	1,0	-8,4	-0,1	-14,9	-0,2
Suíça	348	401	0,9	0,9	0,9	1,1	12,1	0,1	15,4	0,1
Turquia	251	302	0,7	0,7	0,7	0,8	20,5	0,1	20,6	0,1
Canadá	283	220	0,5	0,7	0,8	0,6	-14,6	-0,1	-22,3	-0,2
Moçambique	266	168	0,4	0,7	0,7	0,5	-28,0	-0,2	-36,7	-0,3
Por memória:										
OPEP ⁽⁴⁾	2 435	1 659	7,0	6,6	6,5	4,5	-32,9	-2,5	-31,9	-2,1
PALOP	2 109	1 436	6,5	5,6	5,6	3,9	-34,1	-2,2	-31,9	-1,8
EFTA	506	546	1,1	1,4	1,4	1,5	7,9	0,1	8,0	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2015.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2016.

[2] (out 15-set 16)/(out 14-set 15) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a setembro de 2016, as importações de mercadorias diminuíram 0,6% (Quadro 3.6).

As importações de “Material de transporte terrestre e suas partes” (+1 p.p.), “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+0,8 p.p.), “Aeronaves, embarcações e suas partes” (0,7 p.p.) e “Agro-alimentares” (0,6 p.p.), registam os maiores contributos positivos, contrariando o decréscimo das importações totais.

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (77,7%).

Nos primeiros nove meses de 2016, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 1,4% em termos homólogos (1,1% quando provenientes da UE-15). As importações com origem nos países do Alargamento registaram um crescimento de 8,3%.

No caso dos países terceiros, registaram uma quebra de 7,1%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3% do total). Seguem-se o Brasil (2,2%) e a Rússia (1,7%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-set		Anual		jan-set		12 meses ^[1]		jan-set	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	45 124	44 838	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,5	-0,5	-0,6	-0,6
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	6 948	7 204	14,0	15,5	15,4	16,1	3,8	0,6	3,7	0,6
Energéticos	6 220	4 274	14,4	13,2	13,8	9,5	-30,0	-4,3	-31,3	-4,3
Químicos	7 609	7 706	15,2	16,8	16,9	17,2	2,2	0,4	1,3	0,2
Madeira, cortiça e papel	1 484	1 579	3,6	3,3	3,3	3,5	5,9	0,2	6,5	0,2
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	2 878	2 933	5,9	6,5	6,4	6,5	3,0	0,2	1,9	0,1
Calçado, peles e couros	1 170	1 222	2,0	2,5	2,6	2,7	4,5	0,1	4,5	0,1
Minérios e metais	3 846	3 607	8,7	8,4	8,5	8,0	-5,5	-0,5	-6,2	-0,5
Máquinas e aparelhos e suas partes	6 920	7 297	16,8	15,8	15,3	16,3	4,7	0,7	5,5	0,8
Material de transp. terrestre e suas partes	5 132	5 597	11,4	11,4	11,4	12,5	10,1	1,1	9,1	1,0
Aeronaves, embarcações e suas partes	330	664	2,3	0,7	0,7	1,5	73,1	0,5	101,1	0,7
Produtos acabados diversos	2 588	2 754	5,7	5,9	5,7	6,1	7,1	0,4	6,4	0,4
Total sem energéticos	38 904	40 563	85,6	86,8	86,2	90,5	4,4	3,8	4,3	3,7
Mercados de origem										
Intra UE	34 343	34 818	78,6	74,8	76,1	77,7	1,5	1,2	1,4	1,1
dos quais:										
UE-15	32 905	33 260	76,2	71,8	72,9	74,2	1,2	0,9	1,1	0,8
Espanha	14 752	14 684	32,8	32,5	32,7	32,8	0,1	0,0	-0,5	-0,1
Alemanha	5 783	6 068	13,2	12,3	12,8	13,5	5,0	0,6	4,9	0,6
França	3 344	3 480	8,3	7,1	7,4	7,8	4,1	0,3	4,1	0,3
Itália	2 404	2 442	5,8	5,2	5,3	5,4	2,0	0,1	1,6	0,1
Países Baixos	2 305	2 290	5,3	5,2	5,1	5,1	0,1	0,0	-0,6	0,0
Reino Unido	1 438	1 405	3,3	3,1	3,2	3,1	-3,0	-0,1	-2,3	-0,1
Bélgica	1 284	1 258	2,9	2,7	2,8	2,8	-1,2	0,0	-2,0	-0,1
Suécia	492	510	1,0	1,1	1,1	1,1	-0,9	0,0	3,8	0,0
Polónia	433	538	0,6	0,9	1,0	1,2	20,9	0,2	24,2	0,2
Alargamento	1 438	1 558	2,4	3,0	3,2	3,5	8,0	0,3	8,3	0,3
Extra UE	10 781	10 020	21,4	25,2	23,9	22,3	-7,1	-1,7	-7,1	-1,7
dos quais:										
China	1 341	1 358	2,2	2,7	3,0	3,0	4,1	0,1	1,3	0,0
Angola	942	594	0,3	2,7	2,1	1,3	-41,3	-0,9	-37,0	-0,8
EUA	736	618	1,7	1,6	1,6	1,4	-13,7	-0,2	-16,0	-0,3
Brasil	653	964	1,7	1,5	1,4	2,2	47,4	0,6	47,8	0,7
Arábia Saudita	578	312	0,8	1,3	1,3	0,7	-42,5	-0,6	-46,1	-0,6
Rússia	428	753	1,0	1,2	0,9	1,7	56,2	0,6	75,9	0,7
Cazaquistão	430	226	0,3	1,4	1,0	0,5	-49,3	-0,6	-47,4	-0,5
Argélia	409	274	0,5	1,2	0,9	0,6	-26,2	-0,3	-33,0	-0,3
Índia	341	379	0,5	0,8	0,8	0,8	9,4	0,1	11,2	0,1
Turquia	327	373	0,6	0,7	0,7	0,8	16,9	0,1	13,9	0,1
Azerbaijão	315	343	0,0	0,8	0,7	0,8	25,3	0,1	8,9	0,1
Coreia do Sul	261	256	0,5	0,5	0,6	0,6	5,3	0,0	-2,0	0,0
Colômbia	236	171	0,2	0,4	0,5	0,4	-28,4	-0,1	-27,3	-0,1
OPEP ^[4]	2 308	1 487	5,8	6,8	5,1	3,3	-35,0	-1,9	-35,6	-1,8
EFTA	279	296	1,8	0,6	0,6	0,7	2,7	0,0	5,9	0,0
PALOP	975	629	0,4	2,8	2,2	1,4	-39,7	-0,9	-35,4	-0,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2015.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2016.

[2] (out 15-set 16)/(out 14-set 15) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

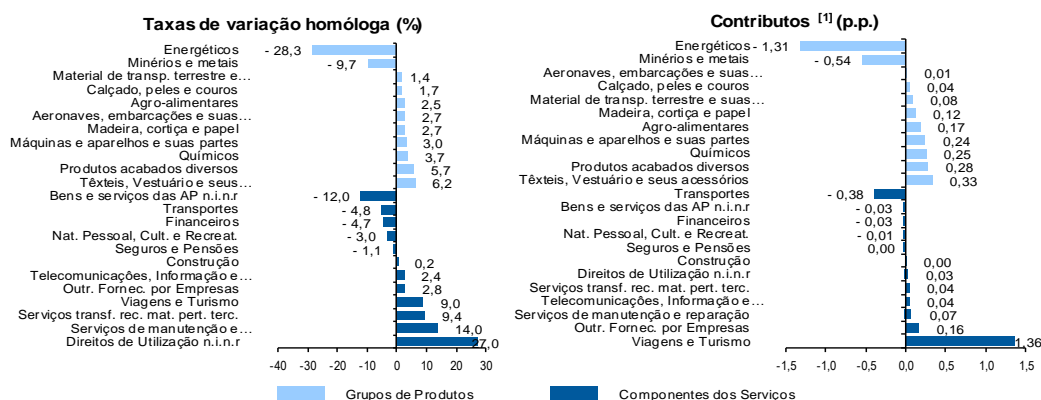
De acordo com os dados divulgados da Balança de Pagamentos para o mês de agosto de 2016, nos primeiros oito meses do ano, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 0,2%. A componente dos Bens reforçou o decréscimo das “exportações” totais em 0,9 p.p..

Nos primeiros oito meses de 2016, a componente dos Serviços representou 34,7% do total das “Exportações” e registou um contributo positivo (+0,7 p.p.). Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 18,6% no total e o seu comportamento contrariou o decréscimo das “Importações” totais (-1,4%) em 0,1 p.p. (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em agosto de 2016, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos “Têxteis, Vestuário e seus acessórios” (+0,33 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (+0,28 p.p.). Na componente dos serviços, destacam-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+1,36 p.p.) e Outros Fornecimentos por Empresas (+0,16 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em agosto de 2016



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (0,9%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-ago		Estrutura (%)				média anual 10-15	Taxas de variação e contributos			
	2015	2016	Anual		jan-ago			12 meses ^[1]		jan-ago	
			2010	2015	2015	2016		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	49 549	49 437	100,0	100,0	100,0	100,0	6,6	0,9	0,9	-0,2	-0,2
Bens	32 774	32 305	68,2	66,0	66,1	65,3	5,9	-0,5	-0,3	-1,4	-0,9
Serviços	16 775	17 133	31,8	34,0	33,9	34,7	8,0	3,8	1,3	2,1	0,7
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	208	233	0,5	0,4	0,4	0,5	4,1	9,4	0,0	12,3	0,1
Serv. de manutenção e reparação	267	287	0,7	0,6	0,5	0,6	3,5	14,0	0,1	7,3	0,0
Transportes	3 881	3 651	8,2	7,7	7,8	7,4	5,3	-4,8	-0,4	-5,9	-0,5
Viagens e Turismo	7 636	8 344	14,0	15,4	15,4	16,9	8,5	9,0	1,4	9,3	1,4
Construção	330	324	1,0	0,7	0,7	0,7	1,0	0,2	0,0	-1,8	0,0
Seguros e Pensões	83	73	0,2	0,2	0,2	0,1	5,4	-1,1	0,0	-12,3	0,0
Financieiros	272	261	0,6	0,5	0,5	0,5	6,0	-4,7	0,0	-4,1	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	48	68	0,1	0,1	0,1	0,1	18,0	27,0	0,0	43,0	0,0
Telecom., Informação e Informática	831	845	1,3	1,7	1,7	1,7	12,2	2,4	0,0	1,8	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 994	2 828	4,5	6,2	6,0	5,7	13,5	2,8	0,2	-5,5	-0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	133	130	0,5	0,3	0,3	0,3	-4,9	-3,0	0,0	-2,5	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	92	88	0,3	0,2	0,2	0,2	-3,9	-12,0	0,0	-4,1	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	47 089	46 412	100,0	100,0	100,0	100,0	1,2	-0,8	-0,8	-1,4	-1,4
Bens	38 521	37 797	83,9	81,8	81,8	81,4	0,7	-1,4	-1,2	-1,9	-1,5
Serviços	8 568	8 615	16,1	18,2	18,2	18,6	3,8	2,2	0,4	0,5	0,1
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	14	8	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,0	-36,5	0,0	-44,8	0,0
Serv. de manutenção e reparação	201	212	0,3	0,5	0,4	0,5	8,3	3,9	0,0	5,5	0,0
Transportes	2 146	1 979	4,2	4,5	4,6	4,3	2,7	-6,9	-0,3	-7,8	-0,4
Viagens e Turismo	2 422	2 562	4,4	5,1	5,1	5,5	4,1	6,6	0,3	5,8	0,3
Construção	57	79	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	31,6	0,0	38,7	0,0
Seguros e Pensões	231	227	0,4	0,5	0,5	0,5	5,1	-1,2	0,0	-1,6	0,0
Financieiros	399	349	1,2	0,8	0,8	0,8	-5,5	-5,2	0,0	-12,6	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	400	488	0,7	0,9	0,8	1,1	6,9	27,8	0,2	22,2	0,2
Telecom., Informação e Informática	756	747	1,2	1,6	1,6	1,6	7,5	-3,1	0,0	-1,3	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1 699	1 700	2,7	3,7	3,6	3,7	7,7	5,2	0,2	0,1	0,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	165	172	0,7	0,3	0,4	0,4	-11,9	7,8	0,0	4,1	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	79	93	0,1	0,1	0,2	0,2	2,7	7,7	0,0	17,3	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>08 de novembro de 2016</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 08 de novembro de 2016 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fiscalidade – Jurisdições Não-Cooperantes: O Conselho adotou conclusões sobre os critérios para a avaliação (<i>screening</i>) de jurisdições terceiras e orientações relativas ao processo de seleção das mesmas, tendo em vista a elaboração de uma lista da UE de jurisdições não-cooperantes em matéria fiscal. A avaliação das jurisdições terceiras será realizada no âmbito dos trabalhos do Grupo Código de Conduta (Fiscalidade das Empresas) e deverá estar concluída até setembro de 2017, prevendo-se a adoção da lista pelo Conselho até ao final de 2017. ▪ Estatísticas: O Conselho adotou conclusões relativas aos desenvolvimentos do trabalho elaborado no âmbito do Sistema Europeu de Estatísticas, que tem como missão fornecer estatísticas fiáveis e comparáveis ao nível da UE, em especial no que respeita à qualidade das estatísticas, às estatísticas referentes ao Procedimento por Défices Excessivos e ao Procedimento relativo aos Desequilíbrios Macroeconómicos, às estatísticas sociais e ao investimento necessário para o desenvolvimento deste Sistema. ▪ Orçamento da União Europeia - Relatório do Tribunal de Contas Europeu: O Conselho procedeu a uma troca de impressões acerca dos resultados apresentados no Relatório anual do Tribunal acerca da gestão do orçamento geral da UE de 2015. O Tribunal emitiu uma declaração de fiabilidade sem reservas e considerou a receita isenta de riscos. Por outro lado, o relatório aponta uma taxa de erro da despesa estimada de 3,8% (abaixo dos 4,4% estimados para 2014). O Tribunal considerou que a Comissão tomou medidas para melhorar a sua avaliação do risco e do impacto das correções, mas que continua a existir margem de melhoria. <p>O Conselho chegou também a acordo sobre uma proposta de Diretiva que altera a Diretiva 2011/16/UE sobre cooperação administrativa em matéria fiscal, no sentido de permitir o acesso das autoridades fiscais a informações detidas pelas autoridades responsáveis pela prevenção do branqueamento de capitais. Esta Diretiva obrigará os estados-membros a conceder acesso a informações relativas aos beneficiários efetivos das empresas e será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018. A proposta faz parte de uma série de medidas apresentadas em julho pela Comissão, na sequência da revelação dos documentos do Panamá em abril de 2016. O Conselho adotará a Diretiva logo que o Parlamento Europeu tenha emitido o seu parecer.</p> <p>No domínio dos serviços financeiros, destaca-se ainda a adoção:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pelo COREPER, no dia 4 de novembro, da orientação geral do Conselho referente à proposta de Regulamento que cria um programa da União de apoio a atividades específicas que visam reforçar a participação dos consumidores e de outros utilizadores finais de serviços financeiros na elaboração das políticas da União no domínio dos serviços financeiros para o período 2017-2020; ▪ Pelo COREPER, no dia 23 de novembro, da orientação geral do Conselho referente à proposta que altera o Regulamento (UE) n.º 1286/2014, sobre os documentos de informação fundamental para pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros no que diz respeito à sua data de aplicação. <p>Estas orientações gerais permitirão à Presidência dar início ao processo de</p>

Iniciativa	Sumário
	negociação com o Parlamento Europeu.
Dupla tributação - Impostos sobre o rendimento Conselho de Ministros de 3 de novembro	Foram aprovadas propostas de resolução, a submeter à Assembleia da República, referente às Convenções entre Portugal e o Montenegro e entre Portugal e França, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre os rendimentos.
Código dos regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social Conselho de Ministros de 10 de novembro	Foi alterada a regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, de forma a não considerar os subsídios ou subvenções ao investimento na determinação do rendimento relevante dos trabalhadores independentes. Os subsídios ou subvenções ao investimento constituem um apoio concedido para efeitos de aquisição de ativos necessários à prossecução e desenvolvimento da atividade desenvolvida pelos trabalhadores independentes, pelo que não devem ser entendidos como uma fonte de rendimento direto da atividade mas antes uma forma de compensar os custos relacionados com o investimento.
Código Cooperativo Conselho de Ministros de 10 de novembro	Foram aprovadas alterações formais à Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, que aprovou o Código Cooperativo, revogando a Lei n.º 51/96, de 7 de setembro.
Morada única digital – Serviço público de notificações eletrónicas Conselho de Ministros de 17 de novembro	Foi proposta à Assembleia da República a criação da morada única digital e o respetivo serviço público de notificações eletrónicas, prevista no Programa Simplex+ 2016. Associado à morada única digital é criado um Serviço Público de Notificações Eletrónicas, que permite o envio das notificações das entidades públicas que adiram a este sistema para a morada única digital, permitindo uma redução da despesa das entidades com o envio de notificações e uma diminuição dos tempos que medeiam o envio e a receção da notificação.
Acesso universal e gratuito ao Diário da República Conselho de Ministros de 17 de novembro	Foi aprovado o diploma que procede ao alargamento do serviço público de acesso universal e gratuito ao Diário da República, disponibilizando ao público todo o seu conteúdo, fixando as condições da sua utilização e procedendo à extinção do respetivo serviço de assinaturas. Procede-se à eliminação definitiva da edição impressa do Diário da República, que passará a ser exclusivamente editado em formato eletrónico.
Regime de administração financeira do Estado - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas Conselho de Ministros de 17 de novembro	Foi decidida uma alteração ao regime da administração financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Tendo sido verificado que não se encontravam reunidas as condições técnicas, legais e institucionais para a entrada em vigor do novo referencial contabilístico em 1 de janeiro de 2017, decidiu-se criar a obrigação de aprovação de um plano de ação para a implementação do SNC-AP e adiar a respetiva entrada em vigor para 1 de janeiro de 2018.
Regime de valorização profissional dos trabalhadores em	Foi aprovado o regime de valorização profissional dos trabalhadores em funções públicas, respeitando o desígnio do Governo de dignificação do exercício de funções públicas pelos trabalhadores da Administração Pública como fator

Iniciativa	Sumário
funções públicas. Conselho de Ministros de 24 de novembro	determinante para a prossecução do interesse público. O novo regime, fomenta o pleno aproveitamento dos seus efetivos, indo ao encontro das necessidades identificadas nos órgãos e serviços. Ao mesmo tempo, promove-se o reinício de funções por integração em posto de trabalho na sequência da aplicação de planos de valorização profissional constituídos por ações de formação em função dos conteúdos funcionais das carreiras.
Plataforma marítima de produção de eletricidade Conselho de Ministros de 24 de novembro	Foi aprovada uma resolução que conclui os procedimentos de instalação de plataforma marítima de produção de eletricidade, ao largo de Viana do Castelo. Pretende-se, concretizar o projeto de produção de eletricidade em fase pré-comercial, denominado Windfloat, através da criação de condições para assegurar a sua ligação à rede elétrica pública e o licenciamento, até 18 de dezembro de 2016, bem como promover a alteração da localização da zona piloto das ondas situada ao largo de São Pedro de Moel para Viana do Castelo, com vista à sua revitalização.
Acordo de cooperação no domínio do turismo Conselho de Ministros de 24 de novembro	Foi aprovado o Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Portuguesa e o Estado de Israel, visando o desenvolvimento do turismo entre os dois países através da cooperação entre os seus organismos nacionais, agências e associações profissionais e empresas do setor.
Transposição de diretivas europeias - Qualificações profissionais - Livre circulação de trabalhadores - Destacamento de trabalhadores Conselho de Ministros de 24 de novembro	Foram aprovadas três propostas de lei que transpõem para a ordem jurídica interna diretivas europeias relativas às seguintes matérias: <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento das qualificações profissionais (Diretiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de setembro); - Aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores (Diretiva n.º 2014/54/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014); - Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviço (Diretiva n.º 2014/67/UE, de 15 de maio de 2014).

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento</i> Decreto-Lei n.º 66/2016 - Diário da República n.º 211/2016, Série I de 2016-11-03	Estabelece um regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 141.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.
<i>Programa especial de redução do endividamento ao Estado</i> Decreto-Lei n.º 67/2016 - Diário da República n.º 211/2016, Série I de 2016-11-03	Aprova o programa especial de redução do endividamento ao Estado.
<i>Biocombustíveis</i> Decreto-Lei n.º 69/2016 - Diário da República n.º 211/2016, Série I de 2016-11-03	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, que estabeleceu os critérios de sustentabilidade da produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, bem como os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos de 2011 a 2020, e transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna os artigos 17.º a 19.º e os anexos III e V da Diretiva n.º 2009/28/CE, do Conselho e do Parlamento Europeu, de 23 de abril, e o n.º 6 do artigo 1.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2009/30/CE, do Parlamento.

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Rotulagem dos pneus no que respeita à eficiência energética e a outros parâmetros essenciais</i> Decreto-Lei n.º 70/2016 - Diário da República n.º 211/2016, Série I de 2016-11-0371	Executa na ordem jurídica nacional interna o disposto no Regulamento (CE) n.º 1222/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à rotulagem dos pneus no que respeita à eficiência energética e a outros parâmetros essenciais.
<i>Dívidas Fiscais e à Segurança Social</i> Decreto-Lei n.º 67/2016 - Diário da República n.º 211/2016, Série I de 2016-11-03	Aprova o regime excecional de pagamento de dívidas fiscais e à Segurança Social.
<i>Equiparação do regime do sector público ao regime do sector privado</i> Resolução da Assembleia da República n.º 217/2016 - Diário da República n.º 216/2016, Série I de 2016-11-10	Recomenda ao Governo que equipare o regime do setor público ao regime do setor privado, em que é permitido, a quem pretender, continuar a trabalhar depois dos 70 anos de idade.
<i>Dívida Pública e da Dívida Externa</i> Despacho n.º 13443/2016 - Diário da República n.º 216/2016, Série II de 2016-11-10	Estabelece o grupo de trabalho de acompanhamento da dívida pública e da dívida externa.
<i>Despesa Pública</i> Despacho n.º 13445/2016 - Diário da República n.º 216/2016, Série II de 2016-11-10	Estabelece o grupo de trabalho de acompanhamento da revisão da despesa pública.
<i>Instrumentos de contratação utilizados pela Administração Pública e Setor Empresarial do Estado</i> Resolução da Assembleia da República n.º 221/2016 - Diário da República n.º 218/2016, Série I de 2016-11-14	Recomenda ao Governo a divulgação dos instrumentos de contratação utilizados pela Administração Pública e Setor Empresarial do Estado, com recurso a contratos emprego-inserção, estágios, bolsas de investigação ou contratos de prestação de serviços.
<i>Mecanismo para a atribuição automática das tarifas sociais da energia</i> Resolução da Assembleia da República n.º 225/2016 - Diário da República n.º 219/2016, Série I de 2016-11-15	Recomenda ao Governo que disponibilize o mecanismo estabelecido para a atribuição automática das tarifas sociais da energia às entidades competentes em matéria de abastecimento de água.
<i>«Cartão verde» - Transparência fiscal e financeira na União Europeia</i> Resolução da Assembleia da República n.º 229/2016 - Diário da República n.º 222/2016, Série I de 2016-11-18	Procedimento de «cartão verde» sobre transparência fiscal e financeira na União Europeia.
<i>Perdas por imparidade - correções de valor para risco específico de crédito - IRC</i> Decreto Regulamentar n.º 5/2016 - Diário da República n.º 222/2016, Série I de 2016-11-18	Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.
<i>Ativos por Impostos diferidos</i> Portaria n.º 293-A/2016 - Diário da República n.º 222/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-11-18	Estabelece as condições e procedimentos para aplicação do regime especial dos ativos por impostos diferidos.
<i>Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental</i> Decreto-Lei n.º 77/2016 - Diário da República n.º 225/2016, Série I de 2016-11-23	Constitui a Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVL	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.